



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

V Legislatura

Número: 15

I Sessão Legislativa

Horta, Quinta-feira, 25 de Março de 1993

Presidente: *Deputado Madruga da Costa*

Secretários: *Deputados Manuel Brasil e Hélio Pombo (substituído pelo Deputado António Gomes)*

Sumário

Os trabalhos iniciaram-se às 15:15 horas.

No **Período de Antes da Ordem do Dia**, foi referida a correspondência entrada na Mesa da ALRA, bem como a leitura de uma Proposta de Resolução apresentada pelo CDS/PP, acompanhada de pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre "Autorização para o Aeroporto das Lajes prestar assistência às escalas técnicas que aí se verifiquem".

Seguidamente, passou-se às **intervenções de interesse político relevante para a Região**, constantes deste mesmo período.

Assim, usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Rui Melo (*PSD*), Rui Pedro Ávila (*PS*), Carlos César (*PS*), António Silveira (*PSD*), Francisco Sousa (*PS*), Alvarino Pinheiro (*CDS/PP*), Manuel Arruda (*PSD*), José Avelar Nunes (*PSD*), Hélio Pombo (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Carlos Mendonça (*PS*), José Aguiar (*PSD*), Carlos Morais (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional do

Turismo e Ambiente, *Eugénio Leal* e o Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social, *Joaquim Machado*.

Como primeiro ponto do **Período da Ordem do Dia**, teve lugar a eleição do Vice-Presidente da ALRA, cujo o resultado foi a eleição do único proponente, Sr. Deputado Manuel Serpa que obteve o seguinte resultado: 26 votos a favor e 23 votos contra.

De seguida, passou-se ao segundo ponto que constava de um Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, apresentado pelo CDS/PP, sobre "Proposta de Resolução relativa à Compensação Financeira a atribuir às Câmaras Municipais de acordo com DLR n.º 3/92/A, de 11 de Fevereiro".

Sobre este assunto, usaram da palavra os Srs. Deputados Alvarino Pinheiro (*CDS/PP*), Paulo Valadão (*PCP*) e Victor Evaristo (*PSD*).

Este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi rejeitado por maioria.

Para proferir uma declaração de voto, usou da palavra o Sr. Deputado Duarte Pires (*PS*).

Por fim, discutiu-se e votou-se o Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre "Suspensão da Aplicabilidade do artigo 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/92/A, de 31 de Dezembro - Novo Regime da Hora Legal".

Usaram da palavra os seguintes Srs. Deputados: Manuel Serpa (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Alvarino Pinheiro (*CDS*), Rui Melo (*PSD*), Victor Cruz (*PSD*) e Fernando Menezes (*PS*).

O diploma foi aprovado por unanimidade tanto na generalidade como na especialidade.

Para proferirem declarações de voto, usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), António Silveira (*PSD*) e Martins Goulart (*PS*).

Os trabalhos terminaram às 20:30 horas.

Presidente: Boa tarde, Srs. Deputados.

Agradecia que tomassem os vossos lugares para se proceder à chamada.

Eram 15:15 horas.

*(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: **PSD** - Alberto Madruga da Costa, Álvaro Manito, Ana Gomes Silva, António Silveira, António Almeida, Artur Martins, Carlos Silva, Gaspar da Rosa, Humberto Melo, João Cunha, Jorge Valadão dos Santos, Homem de Gouveia, Manuel Amaral, Jorge Cabral, José Nunes, José Gonçalo Botelho, José Maria Bairos, José Aguiar, Manuel Arruda, Manuel Brasil, Carlos Morais, Fátima Oliveira, Mark Marques, Rosa Maria Machado, Rui Melo, Victor Cruz, Victor Evaristo; **PS** - António Silva Melo, António Gomes, Carlos Mendonça, Carlos César, Dionísio Sousa, Fernando Fonte, Fernando Menezes, Fernando Lopes, Francisco Oliveira, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Humberto Chaves, Martins Goulart, Duarte Pires, Manuel António Martins, Manuel Serpa, Nélia Figueiredo, Ricardo Barros, Rogério Serpa, Rui Pedro Ávila; **CDS/PP** - Alvarino Pinheiro; **PCP** - Paulo Valadão).*

Presidente: Estão presentes 49 Srs. Deputados.

Pode entrar o público. Declaro aberta a Sessão.

Srs. Deputados, entramos no Período de Antes da Ordem do Dia com a leitura da correspondência entrada na Mesa.

Gostaria de dar conhecimento aos Srs. Deputados que recebi do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e subscrito por um conjunto de Deputados, uma Proposta de Candidatura do Sr. Deputado Manuel Goulart Serpa para o cargo de Vice-Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Secretário (*Manuel Brasil*): Do Sindicato dos Professores da Região Açores - Delegação da Ilha do Faial, um ofício dirigido ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, cujo o assunto é o envio de Moção e que passo a ler:

"Junto enviamos a V. Ex.^a o texto de Moção aprovado pelos os docentes da Ilha do Faial no Plenário realizado no dia 23 de Março, no qual participaram Educadores de Infância, Professores do 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário."

Secretário (Hélio Pombo): Um requerimento do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro do CDS/PP dirigido ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores e que passo a citar:

"Ao abrigo das disposições regimentais a V. Ex.^a que seja dado o carácter de urgência e dispensa de exame em comissão à Proposta de Resolução do CDS/ Partido Popular sobre a necessária autorização para que o Aeroporto Internacional das Lajes preste assistência às escalas técnicas da aviação comercial que o solicite."

- Dos Srs. Deputados do Partido Socialista, Francisco Sousa e Carlos César, deu entrada um Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre "Atribuição de Incentivos para a deslocação e fixação de Professores na Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Maria Isabel Carmo Medeiros".

Presidente: Srs. Deputados, terminado este período reservado à leitura de correspondência e documentação entrada na Mesa, passamos ao outro ponto do nosso Período de Antes da Ordem do Dia e que está reservado às Intervenções de Interesse Político Relevante para a Região.

Assim, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Antes demais, desejo dirigir-me ao Senhor Deputado Manuel Serpa, ex-líder parlamentar, porque fui eloquentemente "advertido" na última sessão legislativa, por insinuar que o Sr. Deputado estava a exercer a liderança do Grupo Parlamentar a prazo,

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: hoje confirma-se que não era a prazo mas sim a termo certo, pois concretizou-se a sua substituição passados poucos dias.

Também desejo felicitar o Sr. Deputado Martins Goulart pela sua eleição como líder do PS/Açores e líder parlamentar, o que lhe irá permitir permanecer mais alguns meses na Região, ou seja, no passado recente em quatro anos esteve seis meses nos Açores, agora devido às múltiplas lideranças é provável que até fixe residência.

Mas, se não fixar residência, no mínimo irá permanecer em trânsito cerca de dezasseis meses, tempo suficiente para garantir a sua candidatura e eleição ao Parlamento Europeu.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Foi com alguma expectativa que aguardámos o desenlace do Congresso do Partido Socialista, no passado mês de Fevereiro.

Recordo-lhes que após o anúncio público do Deputado Martins Goulart de não se candidatar à liderança do PS, afirmava nesta casa o seguinte:

"Não desejo que pensem que estamos perante as exéquias políticas do Eng.º Martins Goulart, porque sendo um indivíduo inconstante, que várias vezes disse e desdisse, tudo é possível. Num rasgo, depois do Natal, poderá voltar e estar disponível para liderar o PS".

E continuava..."tudo é possível com este senhor! As suas atitudes não são possíveis de prever e para que o manto da amnésia não cubra rapidamente o que aconteceu, mas com a consciência de que daqui a dias, ou melhor, no Congresso de Fevereiro do PS, tudo irá recomeçar na mesma.

...Pois há quem nunca aprenda e por isso o destino está sempre a trocar-lhe as voltas." Assim aconteceu.

A liderança velha, perdedora e gasta mantem-se.

Quase todos os observadores políticos sabiam que o Deputado Martins Goulart não prescindia de recandidatar-se. A incógnita era saber o porquê da demissão. O porquê do hesitar!

Ainda hoje não se conseguem vislumbrar razões plausíveis para tal atitude.

Consta que foi o expediente encontrado para não ter que elaborar o relatório de actividades referente aos dois anos e cinco meses que ocupou a liderança do PS.

Relatório de actividades em que teriam de constar as variadas acções que o PS realizou durante os dois anos e cinco meses, mas como o Deputado Martins Goulart desconhecia muitas destas acções, devido à sua ausência, este relatório seria mais curto do que o relatório dos últimos três meses, elaborado pelo ex-Vice-Presidente, que ficou a dirigir o Partido devido ao abandono do Presidente.

Este documento ao ser apresentado punha logo de início a descoberto a inoperância da liderança do deputado Martins Goulart.

O expediente de demissão também foi usado para justificar como é possível haver um candidato sem moção de estratégia.

Acreditamos que não foi por preguiça, mas sim pela ausência de novas ideias e novas propostas para relançar o PS.

Neste Congresso dos socialistas, os militantes da primeira hora e as mulheres foram vítimas de discriminação.

Àqueles militantes de longa data foi-lhes passado um atestado de incompetência, pois o primeiro licenciado recém-inscrito assentou praça em General, indo dirigir o Gabinete de Estudos.

Também as mulheres com as alterações estatutárias foram contempladas pela discriminação.

Ao criar um departamento de mulheres regista-se uma medida histórica com paralelo nos Partidos que estagnaram na década de setenta.

Ilustres militantes socialistas do sexo feminino com tal distinção, de imediato protestaram repudiando a iniciativa.

Prevê-se que o Deputado Martins Goulart na sua fúria de açambarcar cargos de liderança, venha a "comandar" o departamento das mulheres socialistas.

(Risos da Câmara)

O Orador: Confirma-se que o Prof. Dr. Eng.º Martins Goulart vive obcecado pelo Deputado Carlos César e isto constata-se com o " saneamento " do mesmo.

Assim, o Deputado Goulart de imediato, sentou-se nesta casa no seu lugar, porque pensa que o brilhantismo das intervenções parlamentares do Deputado Carlos César, advém do lugar que aquele ocupava.

(Risos da Câmara)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Se atendermos ao leque de apoios que o Deputado Martins Goulart contou para ser reeleito;

Se atendermos que na semana anterior ao Congresso grande número desses apoiantes estavam com o Deputado Carlos César;

Se atendermos que alguns candidatos perdedores às autarquias colocaram-se ao redor do líder do PS, com o intuito de agradarem para voltarem a ser candidatos;

Se atendermos que o Deputado Martins Goulart promove a lugares de direcção militantes socialistas que não contam com o apoio das bases a que pertencem;

Se atendermos que autarcas vencedores de eleições, ou melhor, Presidentes de Câmaras são contestados ou insinua-se que poderão não contar com o aval dos órgãos regionais para se recandidatarem;

Se atendermos que o Deputado Martins Goulart é o líder da geração perdedora do Partido Socialista;

Se atendermos que o Deputado Martins Goulart sempre hostilizou a Juventude Socialista;

Se atendermos que os melhores parlamentares do Grupo Parlamentar do PS não são seus apoiantes;

Se atendermos que a moção de estratégia " Modernizar o Partido, Ganhar o Futuro" que permitiu a recondução do Deputado Martins Goulart, foi aprovada com 69 votos e a moção de estratégia " Melhor Democracia, Melhor Autonomia" sendo primeiro subscritor o Deputado Dionísio de Sousa, seu opositor, contou com 41 votos;

Se atendermos que as duas moções ficaram separadas por 28 votos;

Se atendermos que o "saneamento" da Direcção do Grupo Parlamentar deveu-se à sua inoperância e às conotações com o Deputado Carlos César.

Conclui-se:

Que o Deputado Martins Goulart foi viabilizado por uma minoria, que não desejou que o Congresso terminasse com um vazio de liderança.

Que a sua liderança fragilizada obriga-lhe, numa atitude de desespero, a desempenhar a espinhosa e desgastante tarefa de líder parlamentar.

Que o Deputado Martins Goulart continua a liderar o Partido Socialista com o trabalho, com as ideias e as estratégias de outros socialistas.

Ainda não se procedia ao "lavar dos cestos" do Congresso, já assistíamos ao anúncio de uma Convenção Regional para o primeiro semestre do próximo ano. Será, concerteza para os socialistas assistirem ao anúncio de demissão do seu líder, acto que se repete ciclicamente após os actos eleitorais, devido aos maus resultados alcançados nas eleições Autárquicas ou será para propôr a solução do Socialista Francês ROCARD, que levará à dissolução prática do Partido Socialista, decidindo acolitar-se com as restantes forças políticas partidárias, com o único objectivo do Deputado Martins Goulart sobreviver politicamente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A desestabilização interna que o PS viveu antes, durante e após o Congresso Regional deve-se às sucessivas falhas do seu líder.

O Deputado Martins Goulart **falhou** como líder do maior partido da oposição.

Falhou quando conseguiu ou consentiu que lhe empurrassem como candidato às eleições para a Assembleia da República contra o Dr. Mota Amaral;

Falhou ao afirmar que o tempo histórico do Dr. Mota Amaral estava esgotado.

Falhou ao aceitar outra solução como candidato à Presidência do Governo e aceitar "candidatar-se" a Presidente da Assembleia Legislativa.

Falhou na Direcção política do PS, deixando-se ultrapassar na prática pela liderança activa do seu Ex-Vice-Presidente.

Falhou porque o Partido Socialista desgastou-se no seu próprio discurso.

Falhou porque contra a determinação do PSD/Açores só apresentou indecisão.

Falhou onde devia ter cumprido.

E foram todas estas falhas que levaram os Socialistas a não lhe reconhecerem crédito e mérito para ser candidato a Presidente do Governo Regional, nas últimas eleições.

Todos nós nesta casa sabemos que os Socialistas continuaram a apresentar o Deputado Martins Goulart como seu líder, enquanto acreditaram na impossibilidade de derrubar o PSD.

Uma palavra ao CDS/PP que também realizou o seu Congresso. Concluíram que são poucos, mas bons, numa palavra, idealizam que são os melhores.

Fazem-nos lembrar aqueles grupos de doentes toxicodependentes que se isolam da sociedade, pensando que são os melhores e os outros são apenas "caretas".

(Risos da Câmara)

O Orador: Os eleitores continuam a privilegiar os que apresentam uma postura de rigor e de verticalidade.

Continuamos a entender que é nesta casa que terá de ser feito o debate político, a que outros fogem, contribuindo para a formação da opinião pública democrática.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Que se lute com ou sem projecto o problema é de cada partido e as consequências estão aí. Mas quando a luta política se torna suja, doentia, desonesta e quando aqueles que nela participam só pretendem atingir interesses egoístas, utilizando métodos duvidosos, então temos obrigação de chamar a atenção do povo, para que faça a sua leitura do momento político.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: O Sr. Deputado Rui Ávila pediu a palavra com que finalidade?

Deputado Rui Ávila (PS): É para dar esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Aproveitando esta figura regimental, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista gostaria de saudar uma figura que se encontra, hoje, na tribuna do público, o Sr. Presidente do Município de São Roque que se deslocou, expressamente, a esta Assembleia para agradecer o Voto de Saudação.

Foi já recebido por todos os grupos parlamentares e tem uma medalha para cada um dos Srs. Deputados.

É aquela figura que ali está e com muito respeito este grupo parlamentar saúda, porque assim, talvez alivie o Sr. Presidente da Mesa de uma situação um tanto ou quanto embaraçosa e que nós respeitamos e com quem já conversámos.

Queremos também vos dizer que o Sr. Presidente do referido município, pediu-me para vos transmitir que o Município de São Roque respeita sempre esta Assembleia Regional.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mesmo admitindo como reais as dificuldades dos responsáveis governamentais quanto a uma previsão segura da evolução dos nossos recursos financeiros, que enquadrarão a execução do planeamento quadrienal, não são admissíveis, nem susceptíveis de serem prolongados por muito mais tempo, os comportamentos de adiamento e omissão que mais caracterizam a postura política, nestes últimos cinco meses, dos nossos governantes.

Vivemos, hoje, nos Açores, uma situação em que, a nossa sociedade política, como a nossa sociedade económica, altamente dependentes dos sinais, actos e apoios do governo, sentem negativamente este novo regime político de omissão, do qual resultam as vantagens da desgovernamentalização e só avultam as desvantagens do desgoverno.

Não se pagam aos credores, dizem, por alegados atrasos burocráticos de tesouraria. Não se faz o discurso sobre o estado de crise da Região. Não se estimulam os que a isso têm direito e necessidade, porque, dizem, não há, ainda, Orçamento. Não se tem orçamento porque, dizem, não se confirmam receitas. Fecha-se, assim um círculo de irresponsabilização e bloqueio.

Vivemos, de todo o ponto de vista, a situação atípica de um governo legalmente autorizado a não governar e de uma oposição parlamentar impedida, por isso, de o fiscalizar e julgar.

Enquanto isso, ultrapassado o "assanho revogatório" das primeiras iniciativas do "governo prematuro", enquanto o Governo preferiu adiantar a hora do que abreviar os

Planos e o Orçamento, enquanto o PSD acha que a revisão do Estatuto Político-Administrativo é uma reforma estrutural mais importante do que a aprovação, por exemplo, de uma Lei de Finanças Regionais, enquanto o Governo e o PSD estão a contas com todos os "belos maciéis" da nossa política, enquanto isso, resolvi intervir hoje,...

Deputado Jorge Cabral (PSD): Para quê?!

O Orador: ... neste período dos trabalhos parlamentares, para fazer referência a dois assuntos, em relação aos quais entendo importante, que fique registada a nossa opinião.

A primeira questão tem a ver com a assinatura, no passado dia 17 de Março, do Contrato de Concessão do Serviço Público de Televisão, celebrado entre o Estado Português e a Rádio Televisão Portuguesa.

Trata-se, efectivamente, de um contrato que, pesando embora as suas inúmeras omissões, redundâncias e aspectos falseadores do actual regime de concorrência que caracteriza o mercado dos operadores nacionais de televisão, representa para os Açores um conjunto de garantias geradoras de expectativas no curto prazo, no âmbito do Serviço Público de Televisão prestado e a prestar na Região.

O contrato agora assinado decorre, em quase tudo o que dele consta, da Lei da Televisão e do Estatuto da RTP, aprovado no ano passado, e sobre o qual esta Assembleia emitiu o competente parecer.

Se por um lado, como disse, este contrato de concessão continua a permitir que as características, conteúdo e objectivos da programação dos dois canais da RTP e do seu canal internacional continuem desvinculados da verdadeira natureza de um serviço público, tal como o entendemos, por outro, e no que ele contém de inovatório, fixa um conjunto de cláusulas relativas ao cálculo das indemnizações compensatórias do Estado à RTP, que emerge, de entre outras obrigações, da de garantir, no que respeita às Regiões Autónomas, dois objectivos importantes:

- o de que pelo menos um dos canais abrangerá os Açores e a Madeira, nos termos, aliás, do que constava da Lei nº 21/92 de 14 de Agosto; e,

- o de que serão assegurados os meios necessários para o intercâmbio de programas e de informação e para a promoção da produção e emissão de programas próprios, de índole regional.

Não são missões novas atribuídas à RTP.

Mas, da assinatura daquele contrato para o futuro, são essas missões, entre outras, que justificam o facto de o Estado pagar à RTP todo o défice de exploração dos seus centros de emissão e produção nas Regiões Autónomas, e de, ainda, se disponibilizar, perante aquela empresa, a "comparticipar nos investimentos a realizar, especialmente nos relativos às infraestruturas necessárias ao funcionamento dos centros dos Açores e da Madeira".

Objectivamente, o acordo agora firmado, veio, explicitamente, corroborar o entendimento, que em devido tempo explicitámos, de que não constitui obrigação, ou se quer vocação dos órgãos do governo próprio da região, participar a título permanente ou eventual no suporte financeiro de uma actividade reconfirmada como um serviço público nacional, não se justificando, em consequência também qualquer disfarçável ou indisfarçável tentativa de tutela por parte dos poderes regionais.

Incumbe, porém, ao governo, tal como a nós, alertar, uma vez mais, para o que decorre de um pleno cumprimento das obrigações da RTP nos Açores, agora indeclinavelmente decorrentes do seu regime de financiamento. E, nesta matéria, avulta, naturalmente, o direito dos açorianos, como destinatários de um serviço prestado a todos os portugueses, de possuírem quanto antes dois canais públicos de televisão.

Estamos numa altura plena de oportunidade para exigir que essa obrigação tenha, ainda, expressão no Plano de Investimentos da empresa do corrente ano, e que a execução das infraestruturas necessárias à instalação de um segundo canal seja objecto, se necessário, de um protocolo entre o Estado e a RTP, ao abrigo, aliás, dos mecanismos que ficaram consignados no Contrato de Concessão.

A posição do Partido Socialista não sofreu, quanto à identificação e programação desses canais nos Açores, qualquer alteração, desde que em 17 de Fevereiro de 1992 foi devidamente explicitada: competindo à RTP, naturalmente, assegurar e definir a sua programação, em consonância com o que está determinado por lei quanto às suas

obrigações gerais e específicas, continuamos a defender, que o cumprimento do serviço público de televisão nos Açores tem melhor execução através da criação de "um 2º Canal que transmita directa e integralmente o Canal 2 Nacional e que se mantenha um 1º Canal, emitido pelo Centro Regional, baseado na programação disponível do Canal 1 e na produção local".

Idêntica posição, aliás, foi expressa, também em Fevereiro do ano passado, em Nota da Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP, e se os indícios recentes de conversão a esta tese pelo governo são sérios, estamos em altura de pressionar em conjunto o que não tem sido possível fazer prevalecer em discordância e por culpa do Governo Regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional e Sr. Subsecretário Regional: A segunda questão que queria aqui deixar tem a ver com um aspecto que se pode integrar na política de ambiente, ou ausência dela, na Região.

Começamos a viver nos Açores os casos típicos que envolvem os desafios mais contemporâneos da progressão binómica do homem e da natureza, num caminho que, nos seus aspectos actuais de conservação e transformação, teima em furtar-se ao equilíbrio. E, por vezes, esse desequilíbrio, já nos rodeia de amargas e preocupantes contradições, que vão caracterizando o nosso tempo. Por exemplo, ao mesmo tempo que na Região se assiste a uma degradação ambiental da vida das populações, associada a fenómenos gritantes de pobreza"; de sub-habitação e de sub-alimentação, não deixa de ser caprichosa a situação do "déficit" ambiental natural que invade algumas das nossas lagoas eutrofizadas, vítimas, afinal, de um processo inverso de sobre-alimentação de nutrientes.

Infelizmente, ainda vigoram entre nós os actos e as idéias conducentes à noção de que à preservação dos factores essenciais do ambiente se acumulam restrições à vida e à acção do homem, designadamente à sua actividade produtiva.

É preciso desfazer essa idéia, educar para o ambiente, empreender um esforço de ordenamento, e, nas instâncias políticas regionais, afirmar o primado dos instrumentos de prevenção e regulação desse equilíbrio.

Acontecem nos Açores duas coisas: a Região não é o paraíso natural dos cartazes de promoção turística, e, os meios e instituições de defesa e ordenamento ambiental,

teoricamente dotados de força obrigatória, não tem qualquer papel relevante na formulação e execução das políticas.

Como é habitual, não falta ao governo, também neste sector, **uma profusa, aparatosa, burocrática e estereotipada orgânica de serviços**, que, se atropelam mutuamente, anulando-se na habitual teia da sua ganância competencial.

A intervenção pública institucional na área do Ambiente, só à conta da Secretaria Regional do Turismo e Ambiente, conta com a Direcção Regional, que, por sua vez, conta com a Direcção de Serviços de Ambiente, Recursos Naturais e Ordenamento (que engloba a Divisão da Qualidade do Ambiente e Reservas Naturais, a Divisão do Ordenamento, a Divisão de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, a Divisão de Informação e Educação Ambientais), existindo, ainda, como direcções de serviço a Delegação de Ambiente da Terceira e a Delegação de Ambiente de S. Miguel. Acresce a toda essa panóplia dirigente, a verdadeira concorrência em matéria de atribuições que se sente, de modo particular, em relação a departamentos múltiplos insertos nas Secretarias da Agricultura e Pescas e da Habitação e Obras Públicas, concorrência essa que se tem repercutido na generalidade da legislação regional existente, em que a Direcção Regional de Ambiente acaba invariavelmente por ser remetida a uma função de mera consultoria fantoche.

Entronca aqui a velha e insistente questão da governamentalização das políticas, por contraposição à cidadania das políticas. Por outras palavras, persiste a tendência prejudicial de esgotar a representação política e social à fragmentação departamental e burocrática da estrutura governativa, dando à política mais dirigentes e menos cidadãos, ou seja, fazendo mais agentes alheios à política.

No que concerne ao Ambiente, é universalmente reconhecido este problema como tendo uma resposta óbvia: não há política de defesa do Ambiente sem o concurso principal dos seus agentes utilizadores e transformadores e não há direito positivo que contrarie com eficácia comportamentos preversos e lesivos cuja fonte não seja a consciencialização cívica ambiental.

Por isso, não há outra recomendação séria ao governo que não seja a de trocar a sua sobredepartamentalidade pela democratização das estruturas que tenham por objecto

o "estudo, inventariação, gestão, coordenação, execução e fiscalização" da política regional de Ambiente.

Essa democratização passa pela integração em estruturas dotadas de autonomia dos sectores associativos envolvidos no processo ambiental.

É por isso que já dissemos, que, sob o figurino de uma Provedoria do Ambiente, de um Instituto Regional, de um Conselho Representativo ou de uma delegação regional do INAM, deve ser dada, quanto antes, expressão formal e oficiosa às iniciativas, contribuições e sugestões dos cidadãos e das associações que se enquadrem no sector. Só há defesa do ambiente e confiança dos seus utilizadores assim e não é assim que se faz nos Açores.

A prova, de resto, está à vista, com o atribulado processo que tem envolvido o problema de eutrofização das Lagoas das Furnas e das Sete Cidades.

É um processo que pode ser caracterizável nos seguintes aspectos negativos: o Governo despertou para o problema com grande atraso; o Governo tentou tratar o problema, no âmbito legislativo, com ligeireza, intuitos auto-publicitários e sem o concurso imprescindível, no plano político, como no plano técnico, dos que indispensavelmente deviam contribuir: cidadãos, agentes económicos, autarquias, associações ecológicas, etc. E agora, uma lei de protecção daquelas lagoas, cuja origem devia estar na participação, nasce torta, sob o signo da desconfiança de todos aqueles que mais a reclamavam.

Basta lembrar que dela o SOS - Lagoas, no Parecer que entregou ao Governo, diz que "revela falta de rigor técnico-científico e de possibilidades de eficácia", dela os agricultores se queixam de um normativo potencialmente redutor dos seus rendimentos, sobre ela, um especialista universitário escreve que é a "demonstração da pobreza técnica e da inconsistência dos nossos governantes e uma lei feita à pressa e por gente impreparada", e dela, alguns autarcas conservam o receio de se estar a erguer uma ameaça ao progresso das suas freguesias.

Parece-nos, assim, absolutamente indispensável, transmitir à conclusão deste processo outros pressupostos de participação e fazer competir à Direcção Regional de Ambiente a sua liderança exclusiva, procurando-se restaurar a perda de credibilidade

que a intervenção atribiliária e prepotente da Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas já provocou.

Ficam, aqui, as nossas sugestões.

Deixo para outra oportunidade a exposição da apreciação na especialidade da anteposta já elaborada pelo Governo, se, por acaso, ela não morrer por defeito à nascença.

Muito obrigado.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Subsecretário:

Em primeiro lugar queria dizer que o Sr. Deputado Carlos César, deixou de ter uma intervenção activa no seu partido para passar a ser um especialista na área do Ambiente.

Infelizmente, talvez o reduzido tempo ou não ter analisado concretamente toda a legislação, veio aqui, aliás, no final da sua intervenção dizer apenas generalidades, muitas delas que são verdades de La Palice e que são coisas que não passam de meras generalidades.

Gostaria de dizer que a Orgânica da Direcção Regional do Ambiente, é uma orgânica leve, que não pode ser acusada de ser uma estrutura pesada e com os departamentos mínimos para responder às competências e às responsabilidades da Direcção Regional do Ambiente.

Possui uma Direcção de Serviços, algumas divisões e duas delegações. Uma delegação em São Miguel e outra na Ilha Terceira que tem a seu cargo a execução das acções correspondentes às ilhas dos ex-distritos.

Gostaria de dizer ao Sr. Deputado que, felizmente, os Açores ainda são um paraíso natural.

V. Ex.^a, parece que vive apenas fechado nesta Região e parece não ter conhecimento do que se passa fora dela.

Gostaria de realçar o trabalho que tem vindo a ser feito na área do Ambiente e aos vários níveis. Reconhecido, não pelo o Sr. Deputado, como é normal, bem como pelos os seus colegas e pelo o seu partido, mas reconhecido pelas as entidades quer nacionais e internacionais que recentemente visitaram a Região e que tiveram oportunidade de se pronunciar sobre o trabalho que tem vindo a ser feito nos últimos anos na área do Ambiente, tendo em vista a sua preservação e a conservação da natureza.

E se hoje em dia, Sr. Deputado, se fala da forma como se fala de Ambiente e talvez se V. Ex.^a hoje mesmo vem falar de Ambiente, deve-se em grande parte às acções que tem vindo a ser feitas pela Direcção Regional do Ambiente na área da sensibilização.

Presidente: Sr. Secretário Regional dispõe de mais um minuto.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

De facto o Ambiente e no caso concreto dos Açores, há uma multiplicidade de departamentos ou alguns departamentos a intervir, porque o Ambiente diz respeito a todos e diz respeito a várias entidades, a todos nós cidadãos e às autarquias também, Sr. Deputado.

E aqui queria dizer que é lamentável a reduzida participação de algumas autarquias desta Região em acções de sensibilização que nós temos vindo a fazer ao longo dos anos.

Fizemos aqui algumas acções respeitante à poluição sonora, do ar, a questões relacionadas com a água, a questões que se prendiam com a apresentação de projectos para candidatura no âmbito do ENVIREG e foram poucas as autarquias que aqui participaram. Muitas delas, Sr. Deputado, ausentaram-se e são do partido dessa bancada.

Portanto, Sr. Deputado, quando formos falar de política de Ambiente,...

Presidente: Sr. Secretário Regional, agradecia que terminasse visto que que o seu tempo está a esgotar-se.

O Orador: Vou já terminar, Sr. Presidente.

... falaremos de todas as entidades e tenhamos em atenção que a responsabilidade de defender o Ambiente é de todos nós.

A Direcção Regional do Ambiente e a Secretaria Regional do Ambiente vai continuar a fazer o que tem vindo a fazer.

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pediu a palavra com que finalidade?

Deputado Rui Melo (PSD): Para dar esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Acabámos de assistir à intervenção do Sr. Deputado Carlos César e de facto é uma intervenção que se inclui no tratamento de assuntos de interesse público relevante, porque analisa e vem interpretar o desempenho das funções do Governo, que é uma instituição pública e é aquilo que se passa em relação ao Partido Socialista.

Eu acho que as intervenções de tratamento de assuntos de interesse público relevante, são de interesse para as instituições credíveis, públicas e que estão sujeitas a críticas, a várias análises. Por isso é que é justo nesta Casa, neste período e de interesse para a nossa Região, analisarmos as duas instituições.

Gostaria de prestar um esclarecimento quanto ao Ambiente. E não vou desviar a minha atenção para felicitar nenhum Presidente de Câmara, até porque não tenho nenhum para despedir para depois ocupar o seu lugar, pois não é essa a minha intenção...

(Apartes inaudíveis do PS)

O Orador: Não tenho nenhum para despedir.

Faz-me lembrar aquilo que se diz quando nos despedimos de alguém: "- Boa viagem!"...

O Sr. Deputado Carlos César agora mexeu-se, ficou irrequieto. Não o vou castigar por trabalhar, Sr. Deputado! Pelo o amor de Deus!

Acho que deve desempenhar as suas funções de deputado que são justas e que estão consagradas no Estatuto e no Regimento, que por sua vez o permitem.

Sobre o Ambiente, o Sr. Deputado levantou e muito bem algumas questões que quero aqui e em meu nome pessoal, juntar a minha voz a essas preocupações que se levantam na defesa empenhada do nosso Ambiente, contra a degradação daquilo que se passa nalguns sítios da nossa Região em que há muita coisa para fazer. E como disse o Sr. Secretário, é com empenho de todos, ou seja, com o meu e nosso empenho é que só assim será possível fazer alguma coisa.

Daí que nós todos estamos empenhados, não só em denunciar, não só aproveitar e fazer demagogia na comunicação social com tais situações, mas sim saber o que é que cada um de nós tem para dar e contribuir por forma a que as lagoas ou a orla marítima não se degradem.

Presidente: Tem a palavra para prestar esclarecimentos o Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social.

Subsecretário Regional da Comunicação Social (*Joaquim Machado*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Gostava de manifestar ao Sr. Deputado Carlos César o meu espanto surgido na sequência da sua intervenção.

Espanto, porque finalmente consegui encontrar alguns pontos de coincidência entre as suas e as posições do Governo, designadamente, naquilo que referiu quanto às virtudes do contrato celebrado entre o Governo da República e a RTP no tocante às garantias que são explícitas no normativo desse contrato e quanto ao funcionamento da RTP-Açores ou do Centro de Produção dos Açores.

Houve acordo também quanto à necessidade da RTP-Açores tomar doravante à letra as responsabilidades que no âmbito desse contrato lhe são cometidas.

Esta coincidência de posições, naturalmente, que já não poderá verificar-se quando o Sr. Deputado refere-se a tentativas encapotadas ou explícitas de tutela do Governo Regional em relação à RTP-Açores e depois remete para a responsabilidade do Governo Regional a existência de um 2.º canal de televisão nos Açores.

Mas o meu espanto vai mais além, nomeadamente, pela chegada do Partido Socialista às posições do Governo Regional quanto ao suporte fundamental do novo canal de televisão da RTP- Açores, isto é, quanto ao facto de ele ser feito a partir da programação da TV2.

E o espanto resulta, porque o Partido Socialista nesta matéria tem deambulado entre posições várias que vão das assumidas pelo o Sr. Deputado Martins Goulart aquando da apresentação do Programa do Governo da República em 1992, fazendo na altura a defesa acérrima da transmissão em directo do 1º canal, o que de resto foi posteriormente nesta Assembleia sublinhado, designadamente, pela a voz do Sr. Deputado Fernando Fonte que também aqui tem manifestado com grande firmeza a sua defesa pela transmissão directa do 1.º canal da RTP para os Açores.

E fico na dúvida de qual será, efectivamente, a vossa posição? Isto, porque como já uma vez tive aqui oportunidade de referir, o Programa Eleitoral do Partido Socialista, aquilo que supostamente seria uma candidatura à Presidência do Governo Regional,...

Presidente: O Sr. Subsecretário dispõe de mais um minuto.

O Orador: Sim, Sr. Presidente.

... apenas duas ou três referências faz quanto à necessidade de se explicitarem as normas de funcionamento e da prestação de um serviço público, que é a televisão nos Açores. E apenas isso!

Fico também na dúvida do que é, efectivamente, o atendimento daquilo que entende o Partido Socialista sobre o serviço público de televisão, designadamente, também nos Açores.

No meio de tanta contradição, conclui que se trata ainda das afirmações de V. Ex.^a feitas há momentos, que se tratam de resquícios naquilo que no dizer do Sr. Deputado Dionísio de Sousa, foi uma Vice-Presidência de relevo e uma presidência apagada.

(Aparte inaudível do Deputado Dionísio de Sousa)

Presidente: O Sr. Deputado Rui Ávila pediu a palavra com que finalidade?

Deputado Rui Ávila (PS): É para prestar esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para prestar esclarecimentos.

Deputado Rui Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu de maneira nenhuma queria intrometer-me neste debate interessantíssimo sobre questões levantadas pelo o meu camarada de bancada Carlos César, mas não podia deixar de dizer algo sobre algumas insinuações, embora veladas e respeitadas do Sr.

Deputado Rui Melo, que não me atingiram, mas que por outro lado também se ficassem sem qualquer conversa da minha parte poderia dar a entender que eu estava a concordar com aquilo que ouvi.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Saudar aquela figura que aqui esteve, foi saudar um autarca como o disse e repito, teve a ideia - e tem aqui outras pessoas que sabem disse, precisamente, nesta Câmara e na bancada que apoia o Governo - de vir quando tivesse um stock suficiente de medalhas, agradecer à Assembleia Regional e entregar uma medalha a cada deputado e outra a cada grupo parlamentar, porque já o tinha feito aos Membros do Governo.

Quanto à questão de dizer que a saudação quer dizer uma despedida, o Partido Socialista não tem a concepção monárquica dos cargos, com isto quer dizer que o cargos nas autarquias para o Partido Socialista não se fazem...

(Aparte inaudível do Deputado Rui Melo)

O Orador: Não ouvi!

Deputado Rui Melo (PSD): Já perdeu duas vezes!

O Orador: Três, desculpe! Eu já perdi três vezes!

Deputado Rui Melo (PSD): Então, esta é a quarta!

O Orador: Não, mas o que eu quero dizer, é que nós não temos a mesma concepção...

Presidente: Eu agradecia que os Srs. Deputados não entrassem em diálogo.

O Orador: ... monárquica das candidaturas e como tal apresentamos candidaturas, não temos a ideia da sucessão, equívoco que algumas vezes poderá ter estado nos horizontes de outros agrupamentos políticos.

Portanto, o perder é natural, é lógico, também é de coragem de quem dá cara, Sr. Deputado.

Deputado Rui Melo (PSD): Não há outras!

O Orador: Com isto não vejo onde é que está alguma falta de verticalidade de quem concorre...

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

... com aquilo e com as ideias que tem.

Também quero dizer que o mal desta Região, - e isto sem referir-me a nenhuma circunstância especial - é que se muitas vezes nos tivéssemos habituado a que a alternância de poder existisse, - mesmo em muitas juntas de freguesia - talvez muita coisa estivesse melhor. Como sabem, também somos sujeitos a críticas.

Quem nunca se habitou a aceitar críticas, muitas vezes pode crer entrar pela a "porta do cavalo", no entanto nunca consegue chegar à cadeira do poder.

Presidente: O Sr. Deputado Carlos César tem a palavra para prestar esclarecimentos.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário e Sr. Subsecretário:

Em relação às observações do Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente, eu passo por cima das observações - estas sim leves e não a sua orgânica - que fez sobre o conteúdo da minha intervenção.

Eu apenas deixei de ser dirigente executivo do Partido Socialista, no entanto enquanto for membro do Partido Socialista sou seu militante activo. Por isso o tempo que me sobra é o mesmo.

Não sou especialista de Ambiente, mas também V. Ex.^a não é e no entanto é Secretário Regional do Turismo e Ambiente.

A sua orgânica não é nada leve. Todos sabem que não é e todas as organizações que se relacionam com a sua Secretaria e com as outras, atropelam-se mutuamente no tratamento de outros problemas, pelo menos é do que se queixam.

Aliás, ainda em relação a este decreto que está agora em discussão e que julgo que já foi para o lixo mas estarão a fazer outro. Por exemplo, não faltam organizações que têm feito a maior paródia com redacções de decretos como este, solicitarão a autorização à Secretaria Regional da Agricultura e Pescas através da Direcção Regional dos Recursos Florestais, expondo quais as acções a realizar e seus fundamentos.

Tais acções só poderão ser executadas depois de autorizadas pela a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, obtido o parecer favorável das Secretarias

Regionais da Habitação e Obras Públicas e da Secretaria Regional do Turismo e Ambiente e na presença de elementos designados por estas entidades, etc, etc.

São estas situações que eu denunciei e que caracterizam um regime que em última instância caracteriza-se sempre pela a sua inoperância e inaplicabilidade.

Acontece isto em matéria ambiental como acontece em relação ao licenciamento de actividades económicas, à concessão de apoios, etc. Toda a gente se queixa disto nesta Região, no entanto, parece que só V. Exas. é que não perceberam isto.

A Região é em termos comparativos e em relação a outras regiões, certamente, que pode ter uma situação do ponto de vista ambiental que represente um Ambiente de degradação inferior. Mas é preciso ter em conta o seguinte, é que se por um lado o nosso isolamento nos pode permitir e tornar-nos imunes em relação a um conjunto de factores de degradação do Ambiente, também é verdade que esse isolamento constitui também um certo tipo de custos ambientais em relação aos quais nós estamos desde já a sofrer consequências que se vão agravando progressivamente.

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: Aliás, não sou eu apenas que digo isso. Todos os especialistas nesta matéria e todas as associações que tem abordado estas questões, tem alertado o Governo sucessivamente para essa degradação crescente que se verifica em diversos sectores.

Também se sabe em relação ao sector do Ambiente que o regime geral é de incumprimento de toda a legislação que existe, de falta de regulamentação na maior parte dela, de inadequação da legislação e se por um lado é de saudar que depois da Lei de Bases do Ambiente, finalmente, surja um decreto que tem a ver com ela, regulamentando porque foi feito a nível nacional e transmitindo um regime jurídico único às áreas protegidas.

Por outro lado isso também vai acarretar, necessariamente, praticamente, a revogação de quase toda a legislação de Ambiente existente na Região.

Em relação às observações do Sr. Deputado Rui Melo, apenas registo que, efectivamente, elas não tiveram o mesmo tom das feitas pelo o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente.

Em relação ao Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social, eu devo dizer que o que é espantoso, é aquilo que o Sr. Subsecretário nos veio aqui dizer.

Então este Governo que levou anos, mais de uma década, contra a existência de um canal em directo.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que procurasse terminar porque o seu tempo está a esgotar-se.

O Orador: Este Governo que ainda à escassos meses defendia dois canais regionais, - pela a boca do Sr. Subsecretário da Comunicação Social - vem agora retirar ao Partido Socialista e às outras formações partidárias que o defenderam.

Posições às quais chegaram depois de um apurado debate interno, depois de uma reflexão contínua sobre um problema que de resto tem uma faceta nova, de tempos a tempos, porque necessariamente o tem que ter e que têm essa sua posição afirmada publicamente no dia 16 de Fevereiro de 1992, através de um documento que foi devidamente publicitado em nome da Direcção Regional do Partido Socialista.

E se permite Sr. Presidente para terminar, quanto à questão do serviço público de televisão nos Açores qual é o entendimento desse serviço, o Sr. Subsecretário não tem que perguntar a mim, tem é que ler a legislação que existe, porque o serviço público de televisão está rigorosamente definido na legislação que existe.

Portanto, não me pergunte a mim, porque eu não tenho tempo par lhe andar a ler as coisas que V. Ex.^a já devia ter lido e devia saber.

Fica aqui este esclarecimento, mas devo dizer que mesmo em relação ao Sr. Subsecretário Regional a minha posição é construtiva e é no sentido de fazer convergir esforços para que seja possível resolver este problema o mais rapidamente possível.

Muito obrigado e desculpe Sr. Presidente.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário do Turismo e Ambiente.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Subsecretário:

Queria prestar alguns esclarecimentos no que diz respeito à necessidade de vários departamentos serem ouvidos em algumas matérias, nomeadamente, a que se refere esta proposta de diploma.

À necessidade de ouvir vários departamentos, porque estão previamente definidas quais são as competências de cada um dos departamentos e como tal há necessidade de haver uma colaboração interdepartamental ouvindo os diferentes pareceres. Só assim é possível tomar-se uma decisão respeitando as diferentes áreas.

Eu gostaria de dizer ao Sr. Deputado que de facto há incumprimento da legislação sobre Ambiente e o incumprimento é de várias entidades e vou lhe dar apenas um exemplo.

(Aparte inaudível da bancada do PS)

O Orador: Exactamente, justamente Sr. Deputado!

Quando foi da reunião de preparação do Plano a Médio Prazo em São Miguel , com os Srs. Deputados, os Srs. Presidentes das Câmaras, um Sr. Presidente de Câmara manifestava muito a sua preocupação também em termos ambientais relacionados com a sua cidade, os esgotos directamente para o mar, as lixeiras que é da sua responsabilidade, o problema das lagoas, ou seja, muito preocupado com a questão ambiental.

Depois no dia seguinte de manhã, ouvia eu nos noticiários da RDP, a Junta de Freguesia do Pico da Pedra protestar pelo o facto de já algum tempo, serviços da Câmara Municipal de Ponta Delgada andar a extrair areia ou bagaço ou melhor um inerte de um cabeço que existe no Pico da Pedra e por aquilo que sei até dá o nome à freguesia.

Ou seja, num dia está-se a defender o Ambiente, está-se muito preocupado com o Ambiente e quando nessa mesma altura se está a degradar, a estragar a natureza de uma determinada freguesia de uma determinada região.

É com exemplos destes que de facto se pode provar que há muita falta de comportamentos distintos entre a teoria e a prática.

Presidente: O Sr. Secretário Regional dispõe de mais um minuto.

O Orador: E quando disse há tempos que há falta de coragem é neste sentido.

Tem que haver coragem de todos os responsáveis que têm a seu cargo certas áreas, certas acções para as exercer e não se pode de maneira nenhuma a uma hora dizer-se que se defende o Ambiente e na mesma hora estar-se a estragar esse mesmo Ambiente.

Presidente: Sr. Deputado António Silveira pediu a palavra com que finalidade?

Deputado António Silveira (PSD): É para dar um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O meu esclarecimento dirige-se ao Sr. Deputado Rui Pedro Ávila, embora venha um pouco desfasado, mas só agora e devido à questão do Ambiente é que tive essa oportunidade.

Gostaria de dizer que V. Ex.^a deve ter interpretado mal as palavras do Sr. Deputado Rui Melo.

Nós, também nos associamos à saudação ao Sr. Presidente da Câmara de São Roque do Pico.

Achamos e em nome do Grupo Parlamentar do PSD que a atitude do Sr. Presidente foi uma atitude simpática e da nossa parte achamos que esse mesmo Sr. merece também a nossa consideração pelo o cargo que exerce, embora, obviamente, eu gostasse que ele fosse Presidente de uma Câmara Social Democrata.

Não o é ou melhor é um independente que é Presidente de uma Câmara Socialista, mas tem prestado um serviço à comunidade e como tal da nossa parte não há qualquer contrariedade e por isso associamo-nos a essa sua saudação.

Presidente: Tem a palavra para prestar esclarecimentos o Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social.

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente:

Vou começar pelo o fim da intervenção do Sr. Deputado Carlos César.

Eu não disse que não sabia o que era que devia ser o serviço público de televisão dos Açores. V. Ex.^a é que manifestou discordância quanto ao entendimento que tem do

que deve ser o serviço público de televisão e a minha ignorância é sobre qual o entendimento de V. Ex.^a, porque esse, V. Ex.^a nem o seu partido alguma vez o manifestaram.

O Governo Regional, contrariamente ao que V. Ex.^a tentou insinuar não alterou a sua posição em matéria de televisão, continuamos a defender a existência de dois canais regionais de serviço público.

O que existe de comum em relação a essa posição - e sublinho sua porque continuo com dúvidas de que se sobre ela corresponde ou não à do Partido Socialista e designadamente ao seu grupo parlamentar - é de que a base para a constituição da programação do novo canal de televisão nos Açores se deve fazer a partir da programação da TV2 ou do 2.º canal da RTP se quisermos.

Queria sublinhar este facto de que o entendimento do Governo Regional sobre esta matéria mantém-se o mesmo.

Espanta-me que o Sr. Deputado admita - e quanto a mim até bem - que sobre várias matérias de tempos a tempos possam haver facetas novas, posições novas e não admitir que se porventura o Governo Regional tivesse alterado a sua posição sobre a matéria, tivesse legitimidade para também de tempos a tempos e em função de novas conjunturas, novos dados, também poder mudar a sua posição.

Continuo a sublinhar que mantenho as minhas dúvidas sobre se a sua posição e a que manifestou em 16 de Fevereiro de 1992 corresponde à do seu grupo parlamentar e designadamente à sua novel direcção parlamentar.

Presidente: Tem a palavra para prestar esclarecimentos o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Antes demais, penso em esclarecer, claramente, esta situação que se prende com esta grande figura pública e regional que é o Sr. Presidente da Câmara de São Roque do Pico ou melhor o Sr. António Carlos.

Eu não tive a mínima intenção de o ofender, aliás ele conhece-me pessoalmente e como tal sabe que não é.

Inclusivamente, vou salientar que o está em causa não é o autarca, mas sim quero fazer justiça à pessoa do Sr. António Carlos que foi e será sempre - mesmo na sua passagem pelo o Partido Social Democrata - digno dos cargos que ocupou, porque no

dia que optou por concorrer pelo Partido Socialista, a primeira coisa que fez foi enviar uma carta ao PSD, desvincular-se das suas funções.

Por isso é que o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila tem o seu subconsciente um pouco pesado, na medida em que a sua grande preocupação são as autarquias e está muito preocupado com o autarca, no entanto faço justiça ao Homem, porque o Partido Social Democrata antes de ser um partido corriqueiro é humanista.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

(Risos da bancada do PS)

O Orador: Eu prescindo da palavra, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa para prestar esclarecimentos.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente:

É para repor a verdade nesta Casa e informar V. Ex.^a que a extracção de bagaço do Pico da Pedra foi suspendida pela a Câmara Municipal de Ponta Delgada que tem como Presidente o Socialista João San Bento.

E informá-lo que na passada semana o Sr. Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande que tem como Presidente o Social Democrata, Armando Mota, deliberou, autorizou e está a ser retirada do bagaço do pico do Pico da Pedra.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Pois é, Sr. Secretário, quem vai à chuva molha-se!

Quanto ao Sr. Subsecretário, - visto que com V. Ex.^a não tenho mais nada a conversar - eu só gostava de esclarecer mais ou menos o seguinte.

As reservas que o Partido Socialista tem em relação à natureza do serviço público prestado na Região e no conjunto a nível nacional, não são reservas em relação à lei, são o entendimento que temos de que a televisão não tem cumprido as suas

obrigações no que concerne ao serviço público de televisão que estão consignadas em lei.

E desde logo nós temos referido, e particularmente, creio que ainda há dias a Direcção Nacional do PS, ou seja, um porta voz para esse sector afirmou-o claramente que, há problemas em relação à qualidade da programação televisiva; que é um entendimento diferente do PS quanto à sua diversidade; quanto às suas funções de promoção de cultura que lhes estão incumbidas por lei; quanto à própria forma como a televisão se situa na concorrência com os operadores privados e também como se situa em relação ao problema da publicidade; quanto ao sensacionalismo e outros critérios que nós entendemos que não estão adstritos à natureza do serviço público.

Mas na Região se é verdade que estes defeitos são necessariamente transportados, porque a televisão nos Açores serve-se da programação na esmagadora maioria do seu tempo nacional, a verdade é que nos Açores a televisão também tem ainda um outro défice em relação à prestação desse serviço público, porque não presta aos açorianos um serviço equivalente aquele que presta aos cidadãos a nível nacional e é esse o entendimento que nós temos de que esse serviço público não é cumprido nos Açores.

Temos esse entendimento há muito tempo e nunca entendemos que a existência de um canal em directo, fosse ele qual fosse, constituísse um factor de perversão da identidade cultural e da Autonomia Regional como sempre o PSD defendeu nos Açores. Nunca tivemos esse entendimento, tivemos sim um entendimento central de que devia haver um canal em directo e de que outro canal devia incluir a produção regional.

Aderimos a partir da data que V. Ex.^a também conhece, à ideia de que era preciso associar a produção regional,...

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: ... a existência de programas de índole regional e até o próprio noticiário político regional, é um canal vocacionado para uma audiência superior e entendemos por isso que ele devia ser associado a uma reprogramação do canal 1 da televisão.

Dissemos isso claramente e é de resto uma posição que está em vigor no Partido Socialista, que não tem até ao momento nenhum documento que a desminta e que foi também consequência de uma comissão regional do Partido Socialista verificada também nessa altura e que permitiu que poucos dias depois essa posição pudesse ser tornada pública.

O PSD diz que sim e V. Ex.^a sabe muito bem que tem variado com muito maior insistência sobre estes problemas.

Além disso, eu não o critiquei por variar, eu critiquei-o porque V. Ex.^a criticou-me em relação ao problema da consistência da posição do Partido Socialista em relação a esta matéria.

Eu gostava imenso que todos V. Exas. mudassem e tenho também como aspiração nos Açores que os eleitores...

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse a sua intervenção.

O Orador: ... vão mudando para o meu partido e não os censurarei por isso.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, pediu a palavra com que finalidade?

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): É para pedir esclarecimentos.

Presidente: Tem a palavra para pedir esclarecimentos.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em boa hora e no âmbito da intervenção do Deputado César e da presença sempre bem-vinda do Sr. Subsecretário da Comunicação Social, foi esta Assembleia de novo posta em confronto com a questão fulcral no âmbito da comunicação social, ou seja, do papel da televisão nos Açores.

Eu, sinceramente, estou muito pouco esclarecido sobre essa questão e de novo sobre a posição do Governo, vejamos.

A Assembleia Regional dos Açores depois de um profundo e exaustivo debate teve possibilidade de tomar uma resolução que na altura traduziu a vontade do povo dos Açores sobre o que entendia dever ser o papel da televisão nos Açores e compromissos de uma cobertura nacional televisiva que incluísse os Açores.

Na altura ficou patente que o Governo Regional tinha posição diferente durante os debates da posição dos representantes do povo dos Açores.

A consequência foi que mais uma vez - e isso foi sistematicamente - o Governo Regional desrespeitou esta Assembleia ou melhor não acatou a vontade do povo dos Açores, ignorando aquilo que tinha sido expressamente votado nesta Casa.

Posteriormente, o Partido Socialista como aqui foi dito - e eu acredito - e após profunda reflexão mudou de posição relativamente ao que tinha vinculado nesta Casa.

É de ter em conta ainda, o facto de mais recentemente os responsáveis pela RTP a nível nacional terem esboçado a sua intenção de contemplarem a Região com um canal de cobertura nacional.

Não podemos deixar de ter presente também aqui as sucessivas intervenções...

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

... do Sr. Ministro da República sobre esta temática, defendendo também a necessidade da cobertura nacional de televisão por forma a abranger os Açores.

É com alguma decepção que também sabemos que o Sr. Subsecretário como Membro do Governo, deslocou-se recentemente a Lisboa para resolver este assunto.

Entretanto, os açorianos que tem posses financeiras recorrem e de forma crescente às parabólicas, ou seja, às formas alternativas de terem o acesso que, infelizmente, os poderes públicos não lhe dão através da RTP- Açores. Mas, há a grande maioria que não tem meios financeiros para o fazerem e que continuam sob a tutela e imposição de um canal único através da RTP- Açores.

Pergunto ao Sr. Subsecretário Regional se é capaz de uma vez por todas e na sequência da sua ida a Lisboa de informar esta Câmara o que vai acontecer em relação ao futuro? O passado nós todos sabemos, atrevi-me a fazer aqui uma breve e despretensiosa passagem. Nós queremos saber o que é que vai acontecer no futuro? O que é que V. Ex.^a foi fazer a Lisboa? O que é que V. Ex.^a tem a dizer ao povo dos Açores e a esta Câmara e quando é...

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse visto que o seu tempo esgotou.

O Orador: Muito obrigado.

... que os açorianos vão ter direito a um canal nacional, direito esse que lhes assiste?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social para prestar esclarecimentos.

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Em primeiro lugar é para agradecer a amabilidade das palavras do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro em relação à minha presença neste Parlamento.

Em segundo lugar, permita-me que faça um aparte quanto ao domínio que V. Ex.^a já vai tendo em relação a algumas técnicas de presença perante os meios mediáticos, designadamente, usando a palavra na tribuna de modo a que pudesse ser visivelmente visto pela a televisão.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Foi para o ver melhor!

(Risos da bancada do Governo)

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: O tempo permitiu que, felizmente, para si fosse aprendendo estes pormenores.

Gostaria de fazer um reparo em relação a algumas das observações que V. Ex.^a aqui proferiu.

O Governo Regional não desrespeitou as resoluções emanadas desta Câmara, muito menos desrespeitou a vontade do povo dos Açores, porque esta Câmara em determinados momentos é que teve configurações que não eram representativas da vontade do povo dos Açores.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Há esta diferença.

Quanto ao esclarecimento...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Sr. Deputado Dionísio de Sousa que, funciona muito em termos "pavlovianos" não me obrigue a fazer mais citações das muitas que V. Ex.^a produziu nos últimos tempos.

Quanto ao objecto efectivo do seu pedido de esclarecimento, a minha ida a Lisboa contrariamente ao que V. Ex.^a insinuou, teve como objectivo apresentar ao Governo da República uma metodologia de trabalho em relação ao financiamento de acções no plano dos investimentos em infraestruturas relacionados com a prestação dos serviços públicos quer na rádio quer na televisão e como dizia a inclusão de alguns desses investimentos no próximo PDA e apenas isso.

Quanto ao que será o futuro da televisão dos Açores, uma certeza há para já e que de resto está bem expressa no texto do contrato que foi celebrado entre o Estado e a RTP-SA., é de que nos Açores teremos dois canais de televisão.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Quando?!

Deputado Fernando Fonte (PS): Quando é que vai ser?!

O Orador: Essa é uma questão que neste momento está a ser estudada pelas diversas partes intervenientes e como sabem o próprio Conselho de Administração está em funções há muito pouco tempo, mas essa é...

Presidente: O Sr. Subsecretário dispõe de mais um minuto.

O Orador: ... uma das matérias prioritárias no âmbito das suas actividades dentro dos próximos tempos.

Presidente: Tem a palavra para prestar esclarecimentos o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para prestar um ligeiro esclarecimento ao Sr. Deputado Francisco Sousa.

Simplesmente para lhe dizer que o exemplo que eu dei de incumprimento, infelizmente, não é o único na nossa Região. Há mais! Dei apenas este e também já que o Sr. Deputado quer vir aqui demagógicamente dizer que queria repor a verdade,

eu quero dizer que de facto foi cancelado retirar o inerte, - bagaço , bagacina ou areia - passado mais de mês de lá ter sido explorado.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para pedir mais esclarecimentos.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu estava para não pedir a palavra, porque tinha a esperança que o Sr. Presidente pudesse intervir na sequência das afirmações feitas pelo o Sr. Subsecretário.

Mas como o Sr. Presidente, superiormente, entendeu não o fazer e como Deputado desta Assembleia não posso deixar de formular um protesto muito veemente pela enormidade que o Sr. Subsecretário em representação do Governo acabou de dizer nesta Casa de que esta Assembleia no seu passado teria passado por um período em que não era representativa do povo dos Açores.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Foi isso que V. Ex.^a disse, é isso que está registado e é isso que efectivamente revela que na vossa óptica, esta Assembleia só é representativa do povo dos Açores quando está em sintonia e quando subscreve os objectivos e a política do Governo Regional. Porque, efectivamente, num período histórico da Autonomia Regional esta Assembleia esteve liberta das amarras e da dependência do Governo Regional - isto é objectivo e público.

Este período que é um período histórico desta Assembleia de maneira nenhuma pode ser tratado como V. Ex.^a tratou, retirando a representação que esta Assembleia tem e terá em qualquer circunstância, custe o que custar e é isso que tem que ficar dito pela minha parte como Deputado desta Casa e como tal lamento a leviandade que esteve subjacente às afirmações do Sr. Subsecretário.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa para prestar esclarecimentos.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

É para reafirmar que ontem fui informado pelo o Sr. Vereador da Câmara Municipal da Ribeira Grande daquilo que acabei de dizer nesta Casa.

E porque não é o suficiente, possivelmente, porque o Sr. Secretário talvez não tenha percebido tudo e porque não quero que surja qualquer dúvida sobre aquilo que estou a dizer, vou ler o Açoriano Oriental do dia 24 de Março de 1993, onde tem como título Câmara Municipal da Ribeira Grande - não está cá escrito, mas eu leio - da responsabilidade do PSD, presidida pelo o Sr. Armando Mota e Secretaria Regional do Ambiente não se entendem.

"A polémica do projecto Caldeira Velha continua. O futuro da Caldeira Velha na Ribeira Grande continua incerto numa polémica entre a Câmara Municipal da Ribeira Grande e Direcção Regional do Turismo com resultados imprevisíveis" - julgo que a Direcção Regional do Turismo é um departamento do seu sector, já não posso falar dos outros sectores e dos outros Secretários invisíveis nesta Casa.

Até ao momento o que se tem notado é uma destruição lenta, das mais belas reservas naturais da Ilha de São Miguel, a Caldeira Velha.

A Câmara Municipal e Direcção do Ambiente estão num faz que anda mas não anda, com a autarquia a recusar fazer o que os ambientalistas oficiais pretendem.

"Um projecto que recebeu - continua mais abaixo, a câmara - e mereceu a total reprovação da Câmara Municipal da Ribeira Grande - é verdade, está lavrado em acta e foi em 1992 -...

(Aparte inaudível do Secretário Regional do Turismo e Ambiente)

O Orador: Peça a acta se não a tem!

... que se recusa construir um projecto que o Governo propõe".

Mais!

A Câmara Municipal da Ribeira Grande não concorda com o projecto, tendo deliberado em reunião ordinária de 11 de Setembro de 1992, concordar com o teor da informação dada pelo o seu arquitecto.

O Presidente da Câmara Municipal, Armando Mota, já tinha afirmado ao Açoriano Oriental que a Caldeira Velha não era zona de churrasco e que com a onda vandalismo que existe...

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador:... nunca mais havia controle.

Portanto, como vê são várias as situações que vivem no Concelho da Ribeira Grande de degradação do Ambiente em que entram naturalmente a Direcção Regional do Ambiente, ou seja, a Secretaria Regional que V. Ex.^a tutela.

Presidente: O Sr. Deputado António Silveira tinha pedido a palavra.

Deputado António Silveira (PSD): Prescindo da palavra, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Manuel Arruda, pediu a palavra com que finalidade?

Deputado Manuel Arruda (PSD): É para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Manuel Arruda (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Gostaria de esclarecer-lhe alguns pontos.

O primeiro deles era o seguinte.

Foi dito nesta Câmara pelo o Sr. Subsecretário da Comunicação Social, foi que esta Assembleia durante um determinado período não representou o sentido da população desta Região.

Eu reafirmo esta mesma afirmação, senão vejamos o exemplo claro que é o seu.

V. Ex.^a e todos os independentes que à sua volta andaram, o significado que tiveram quando se apresentaram perante o povo desta Região foi aquele que aí está.

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): Muito bem!

O Orador: É a sua presença isolada.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra para um protesto o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era para protestar contra o único conceito a que as instituições regionais podem resistir.

É que quando eleitas e quando no cumprimento do seu mandato, elas são instituições legítimas e representativas do povo açoriano.

A Assembleia anterior mesmo no último ano o era.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Não era!

O Orador: Esta Assembleia o é!

No momento da investidura deste Governo o é, não sei quanto tempo depois de se ter descoberto que o Secretário tal, afinal não percebia nada do assunto, mesmo assim ele ainda continua com legitimidade, mas certamente o sentimento que as pessoas tem em relação a ele modificou-se bastante, mas V. Exas. não dirão que o Secretário Regional da Economia não sei quantos, não sei quantos, não tem legitimidade nenhuma, por exemplo.

Mas eu gostava ainda de dizer o seguinte.

O Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social face ao próprio contrato de concessão a que eu me referi, não pode informar o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro de que foi tratar com o Sr. Secretário de Estado da Comunicação Social dos investimentos a fazer na rede de cobertura dos Açores, a menos que o faça como sindicalista ou como operador técnico de televisão conhecedor dessas matérias, porque, efectivamente, de acordo até com o contrato de concessão, - e V. Ex.^a devia ser o mais interessado em defender isso - as responsabilidades financeiras nesse domínio incumbem ao Governo da República em função do protocolo que foi selado.

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: E o que o Governo Regional não quer - e mesmo que deixe de pagar a Remuneração Complementar a funcionários públicos - é deixar de pagar investimentos na televisão, porque o Governo acha que pagando investimentos na televisão tem o direito moral de controlar e tutelar a televisão nos Açores.

Esta é que chave da questão! Este é que é o problema!

(Aplausos da bancada do PS)

O Orador: Além disso o Sr. Subsecretário não pôde anunciar aos Açores que estava determinado a emissão em directo do próximo futuro do canal 2 da televisão, porque combinou com o seu interlocutor que essa matéria não saísse nos próximos meses até que a gente se esquecesse que V. Exas. defendem dois canais regionais de televisão na Região.

Esta é que é a verdade e é por isso que o Sr. Subsecretário não pôde dizer mais aos microfones quando cá chegou.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Isso é o que o Sr. pensa!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social para um contraprotesto.

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

É para contraprotestar pela a forma demagógica como o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro procurou encaminhar para uma intenção que estava longe de corresponder às minhas afirmações, ao insinuar que eu havia posto em causa a legitimidade da anterior Assembleia Legislativa Regional no que se refere à sua composição.

Efectivamente, não foi isso que eu disse Sr. Deputado. Longe de mim pôr em causa a legitimidade de representação do povo que ele mesmo depositou em V. Exas. como nos que anteriormente nestes lugares estiveram sentados.

O que eu apenas disse e reafirmo, é que nesta Assembleia produziram-se configurações para efeitos de decisão que não correspondiam a uma maioria expressa nas urnas pelo o povo açoriano.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: Relativamente à intervenção que me antecedeu do Sr. Deputado Carlos César, realmente, V. Ex.^a insinuou coisas que estão muito fora da realidade e eu tenho também a responsabilidade de não só prestar um esclarecimento mas de repor a verdade.

O que efectivamente foi objecto da minha deslocação a Lisboa e da reunião com o Sr. Subsecretário de Estado, foi a realização de investimentos em equipamentos das redes de emissão das empresas concessionárias e não só do serviço público de

televisão, mas também do transporte e difusão desse mesmo sinal de televisão e serviços públicos de televisão e de rádio e nada tem a ver com aquilo que V. Ex.^a aqui insinuou...

Deputado Carlos César (PS): Depende!

O Orador: ... pela a seguinte razão, porque nos termos do contrato celebrado entre o Estado e a RTP, o que o Estado se responsabiliza é poder financiar infraestruturas que venham a ser criadas pela a RTP segundo a concessionária do contrato nos Açores.

E como V. Ex.^a deve saber, - suponho eu e se não deve já devia - é de que os investimentos na rede de emissão do transporte e difusão de sinal de televisão são da Teledifusora de Portugal, como tal estão fora do âmbito deste contrato...

Deputado Carlos César (PS): Não estão fora nada!

O Orador: ... e são aqueles que estando no âmbito das responsabilidades desta sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos se vão realizar nos Açores, exclusivamente, pela a responsabilidade dela, mas também a esses nós vamos procurar incluí-los no PDR-Regional e de resto como o Governo da República fará em relação a outras matérias em termos de serviço público de televisão nos país.

Portanto, nada tem a ver com aquilo que V. Ex.^a aqui insinua.

Deputado Carlos César (PS): Tem!

O Orador: E mais do que isso, certamente, que essa empresa tem um projecto para os próximos anos em matéria de microcobertura que está em curso na Região e outras em que o Governo Regional certamente terá de intervir, porque se nós aqui nos apresentarmos quando for o momento o Plano de Médio Prazo, V. Ex.^a ou alguns dos seus camaradas de bancada, certamente, que fariam de imediato a observação de que o Governo Regional não vai intervir ao nível da cobertura televisiva de algumas localidades que achamos que por solidariedade...

Presidente: O Sr. Subsecretário dispõe de mais um minuto.

O Orador: Certamente, Sr. Presidente.

... e harmonia que se deve gerar na Região, quanto ao acesso ao serviço público de televisão que importa realizar em algumas das nossa ilhas.

Presidente: O Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente pediu a palavra com que finalidade?

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Para um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É só mais um ligeiro esclarecimento ao Sr. Deputado Francisco Sousa.

Ele não percebeu o meu esclarecimento anterior,...

Deputado Jorge Cabral (PSD): É natural!

O Orador: ... porque falou noutros termos sobre isso, mas já agora que veio falar, quero-lhe dizer que também tenho conhecimento que a Câmara Municipal da Ribeira Grande já mandou suspender a retirada do inerte do pico do Pico da bagacina.

Deputado Francisco Sousa (PS): Quando é que foi?! Foi hoje?!

O Orador: E também lhe dizer que relativamente à Caldeira Velha nós não fazemos quaisquer investimentos de infraestruturas sem autorização da câmara.

Temos e respeitamos as autarquias como respeitamos a legislação vigente sobre essa matéria e quero-lhe dizer Sr. Deputado que há uns três anos, talvez, antes da aquisição por parte do Governo da zona envolvente da Caldeira Velha, fui bastante pressionado para ali construir umas instalações de apoio a quem lá vai tomar banho e pessoalmente opus-me e fui contrário a que lá se apoiasse ou se incentivasse a tomada de banho naquela zona.

Foi proposto como alternativa uma zona da lazer em que, efectivamente, se viesse a construir ou criar infraestruturas de apoio por forma a que as pessoas durante o dia, à tarde lá pudessem passar algum tempo.

Se a Câmara Municipal da Ribeira Grande não concorda, pois não será feito contra a vontade da autarquia como não fazemos contra a vontade das autarquias quando têm competência nessa matéria.

Mas também gostaria de dizer ao Sr. Deputado que de facto, é difícil ou praticamente impossível nós podermos-nos responsabilizar pela a não degradação dessa zona quando aquilo como V. Ex.^a sabe é um lugar público, não está fechado com portões

de dez metros e por isso durante a noite as pessoas vão para lá, maldosamente, com má fé, por falta de educação, de cultura ou de qualquer outro aspecto e muitas vezes tomam atitudes e cometem atentados...

Presidente: O Sr. Secretário Regional dispõe de mais um minuto.

O Orador: ... que de facto são graves e como tal não vale a pena - temos consciência disso - estar aqui a atirar a responsabilidade para os departamentos governamentais nessa matéria.

Deputado Francisco Sousa (PS): Ora muito bem!

O Orador: Penso que com isto esclareci o Sr. Deputado sobre esta matéria. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para um contraprotesto.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para um simpático contraprotesto, embora eu tenha consciência que dado caminho que a nossa discussão tomou, ora falamos de televisão ora falamos de bagacina ora falamos de televisão ora falamos de bagacina, eu sinceramente perco algum ânimo para voltar a falar sobre televisão e alguma definição política do que somos e do que fazemos aqui dentro.

Apesar de tudo vale a pena e com isto quero dizer que vou voltar ao meu tema e não ao da bagacina.

Portanto, julgo que o Sr. Deputado Carlos César deu a esta Câmara uma douta opinião sobre a matéria.

Eu queria apenas situar na medida em que acho que houve aqui alguma dispersão e que é o seguinte.

Quando afirmei que são factos e que efectivamente o Governo no último ano e meio desrespeitou várias para não dizer dezenas de decisões desta Assembleia, é um facto que está comprovado e revelou a sua falta de democraticidade durante aquele período.

Tive que protestar pelo o facto do Sr. Subsecretário argumentar que era a tese do Sr. Presidente do Governo de que esta Assembleia durante aquele período não tinha representatividade, no entanto tinha representatividade quando apoiava e aprovava as matérias que interessavam ao Governo, bem como também tinha maioria quando

obrigava o Governo a cumprir com determinada legislação que acabava por não cumprir.

Portanto, a ligação que o Sr. Deputado Manuel Arruda e líder da bancada do PSD fez, é legítima e está dentro da sua capacidade de encontrar alguma defesa para a argumentação do Sr. Subsecretário.

Com isto, eu só queria dizer que o CDS assume o facto de ter perdido um dos seus deputados nas últimas eleições. É a regra do jogo!

Presidente: O Sr. Deputado, dispõe de mais um minuto.

O Orador: Sobre este ponto de vista, quero referir que há muita gente - que também seria legítimo pensar - que porventura e não querendo tirar legitimidade à maioria do PSD, - que tem aqui enquanto a tiver, veremos - eu também diria que se porventura o povo dos Açores neste momento tivesse possibilidades de rectificar o voto e o apoio que deu ao PSD, permitam-me V. Exas. que eu faça este raciocínio, porque foi ludibriado por este Governo...

Deputado Victor Evaristo (PSD): O Sr. já dizia isso antes das eleições!

O Orador: ... e porque apresentaram o cenário cor-de-rosa e hoje estão torturando o povo dos Açores sem soluções, sem Orçamento, sem Plano e sem projecto.

Isto é um descalabre e julgo que isso não vai acontecer porque não há razão para isso, mas se alguns dos Srs. tomassem consciência e se porventura este Governo caísse neste momento, eu não sei se ele era capaz de ter maioria ou coisa que o pareça. Eu não sei se a bancada do CDS ia ser suficiente para ele.

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: Neste ponto de vista, eu queria só chamar a atenção do...

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse visto que o seu tempo esgotou.

O Orador: ... Sr. líder do PSD que efectivamente é difícil quando entramos nesses maquiavelismos.

Muito obrigado.

Deputado Francisco Sousa (PS): Já vejo que o Sr. dá a mão à palmatória. Assim é que eu gosto!

Presidente: O Sr. Deputado Carlos César pediu a palavra com que finalidade?

Deputado Carlos César (PS): É para prestar um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

De resto é para dizer que não vou prestar esclarecimentos, porque nós temos alguns problemas de gestão de tempo ou melhor temos ainda duas pessoas inscritas e eu já gastei algum tempo.

De modo que na próxima oportunidade, até pode ser no Plano e Orçamento e com certeza que vou ter muito prazer em continuar a falar com o Sr. Subsecretário Joaquim Machado.

No entanto, tenho aqui todos os números respeitantes aos investimentos em relação ao próximo ano - não sei se V. Ex.^a tem - que o Governo da República e a televisão vão fazer em relação à rede de emissão, à TDP, ao custo com satélite, aos custos com sinais de retorno, custos padrão, etc, etc. Sobre esta matéria não julgue V. Ex.^a que eu estou desarmado porque não estou!

Presidente: Tendo esgotado esta matéria e rigorosamente ultrapassado o nosso preceito regimental que reserva para este pedido conjunto de esclarecimentos de dez minutos, vamos continuar os nossos trabalhos.

Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado José Avelar Nunes.

Deputado José Avelar Nunes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta intervenção tenciono abordar algumas questões da Ilha do Corvo, que apesar de ser a mais pequena do Arquipélago dos Açores, não pode de maneira nenhuma ficar em situação de isolamento.

É grande o contentamento dos Corvinos ao poderem ver, já a partir do próximo dia 29, o avião da SATA (DORNIER) escalar a nossa Ilha podendo assim, deslocarem-se com mais facilidade e melhores informações meteorológicas, uma vez que já funciona naquela Ilha um posto do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica.

Dado que a partir desta data os aviões da Força Aérea Portuguesa deixarão de escalar aquela Ilha em voos regulares de transporte de passageiros, quero manifestar publicamente o agradecimento dos Corvinos à Força Aérea Portuguesa e a todas as

tripulações que, de uma maneira voluntariosa e, em alguns casos, arriscada, escalaram durante anos a Ilha do Corvo. Muito gratos lhe ficamos.

Sem esquecer o serviço prestado pela empresa "OCEANAIR", que facilitou igualmente o transporte dos corvinos de e para o exterior.

Depois de concluídas, as obras do Porto, que se iniciarão brevemente, há que garantir a operacionalidade de um barco de cabotagem que escale a Ilha do Corvo, no mínimo duas vezes por mês.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não é fácil viver na Ilha do Corvo. Sendo esta a mais isolada do Arquipélago, muitas vezes há que recorrer aos telefones para fazer contactos com o exterior. Na maioria das vezes não o conseguimos porque os telefones estão "surdos e mudos", mas não se esquecem as Telecomunicações de efectuar a cobrança no final de cada mês e quando as facturações chegam atrasadas aos utentes, ainda estes são ameaçados de ficar sem instalação telefónica. Isto não é justo e há que tomar as necessárias providências.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hélio Pombo, naturalmente, para prestar ou pedir esclarecimentos.

Entretanto, pela intervenção do Sr. Deputado Hélio Pombo, este foi substituído como Secretário da Mesa pelo o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado Hélio Pombo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo, Sr. José Manuel Nunes:

Quero começar por saudar o Sr. Deputado e a intervenção que fez pela primeira vez nesta Casa e dizer-lhe que subscrevo a sua intervenção e é com muito gosto que o faço, na medida que o Sr. Deputado levantou aqui nesta sua curta intervenção uma série de problemas que na realidade afligem os Corvinos.

Gostava também de me associar àquilo que o Sr. Deputado diz em relação ao trabalho feito pelos os aviões da Força Aérea Portuguesa no transporte de carga e passageiros para a Ilha do Corvo.

Também quero salientar o trabalho excelente que a Força Aérea Portuguesa prestou à Ilha do Corvo durante longos anos...

(Aparte inaudível da bancada do PSD)

O Orador: Diga, Sr. Deputado.

(Aparte inaudível da bancada do PSD)

O Orador: Foi pago pelo o Governo de V. Ex.^a que não fez mais do que o seu dever, porque senão os Corvinos não podiam sair nem entrar na Ilha do Corvo.

(Aparte inaudível da bancada do PSD)

O Orador: Pago, com certeza, mas não fizeram mais do que o vosso dever.

Em relação à OCEANAIR também prestou um bom trabalho, assaz curto.

Queria acrescentar mais uma coisa e visto que não ouvi toda a intervenção do Sr. Deputado, por isso não sei se falou nisso ou não e que é em relação à SATA e dos próximos voos para a Ilha do Corvo.

Espero que realmente esses voos comecem no dia 29 como está programado, ou seja, três voos por semana e com isto quero dizer que "quando a esmola é grande o santo desconfia" e neste caso estou desconfiado.

Oxalá que sim, porque funciona extremamente bem na medida em que são necessário os três voos semanais e neste momento não me manifesto nem a favor nem contra, porque primeiro quero ver, aliás sou um bocado como São Tomé e só depois é que poderei dizer alguma coisa sobre isso.

Quero é lamentar, profundamente, que o Governo Regional dos Açores tendo uma pista construída há vários anos na Ilha do Corvo e só agora chegasse a esta situação de que achasse que era necessário a SATA voar para o Corvo.

Levou muito anos para chegar a esta conclusão. Eu lamento!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Temos perante nós uma questão que eu penso que é importante, essencialmente, para as ilhas do grupo ocidental e que é o novo modelo de comunicações que teremos com a SATA, o que eu desde já quero saudar e considerar em meu entender e do Partido Comunista Português como positivo.

No entanto, gostaria de pôr uma questão aos Srs. Deputados pela a Ilha do Corvo, é que se eles acham que é correcto que, por exemplo, entre as ilhas de São Miguel, Terceira e Faial que qualquer passageiro possa fazer "stop over" na Terceira e entre o Faial, as Flores e o Corvo, os passageiros não possam fazer "stop over" num voo que faça Faial-Corvo-Flores no Corvo ou que faça Faial- Flores-Corvo nas Flores.

Da minha parte, considero que para o desenvolvimento daquelas ilhas e concretamente para o desenvolvimento turístico entre aquelas ilhas e o Faial, é uma medida discriminatória que o Partido Comunista Português desde já condena.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hélio Pombo, naturalmente, para prestar um esclarecimento.

Deputado Hélio Pombo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Muito rapidamente por uma questão de gestão de tempo do partido Socialista.

Eu concordo plenamente com aquilo que o Sr. Deputado Paulo Valadão do Partido Comunista diz, tem inteira razão, só que devemos ir a uma coisa da cada vez.

Eu já estou satisfeito que a SATA faça os seus voos para o Corvo e partir daqui vamos ver o que é que vai acontecer a seguir como eu disse.

O "stop over" neste momento não é permitido, eu lamento que isso aconteça, mas espero que haja bom senso da parte da SATA por forma a que esta situação seja ultrapassada.

Mas, claro que também não sou a pessoa indicada na medida em que não sou Deputado do Governo ou Membro do Governo para lhe dar toda a resposta que V. Ex.^a deseja.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Avelar para prestar esclarecimentos ao Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado José Avelar (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É só para dizer ao Sr. Deputado Paulo Valadão que estou plenamente de acordo com aquilo que foi aqui afirmado por ele.

Acontece é que já demos um passo e o outro há-de ser dado com mais calma e claro que isso dependerá da Administração da SATA o que provavelmente mais tarde será resolvido.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para pedir mais esclarecimentos.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acabamos de ouvir da parte de um Deputado que apoia o Governo Regional que diz considerar esta medida injusta.

Todos nós sabemos que a SATA é uma empresa pública onde o Estado, a Região é maioritária e esperemos que, efectivamente, os Srs. Deputados que apoiam o Governo Regional, exijam que o mesmo dê instruções à SATA no sentido de tratar as nove ilhas dos Açores em igualdade de circunstâncias.

Presidente: O Sr. Deputado António Silveira pediu a palavra com que finalidade?

Deputado António Silveira (PSD): É para um protesto leve, suave, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para um protesto, só que ainda não entrou a figura do protesto leve nem o protesto pesado.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Valadão:

É para um protesto muito "levezinho".

Eu queria esclarecer o Sr. Deputado que os Deputados do PSD, todos eles, estão solidários com o Governo quando é necessário e também estão solidários com esse mesmo Governo para fazer ver ao mesmo que há acções e atitudes que precisam de ser corrigidas.

É preciso que o Sr. Deputado e o mesmo serve também para a restante Câmara o que é bom que compreendam isso uma vez por todas.

Nós temos uma cabeça, pensamos por ela e estamos solidários com o Governo no essencial e quando for necessário não estar também não o estaremos.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Valadão, naturalmente, pede a palavra um contraprotesto.

Deputado Paulo Valadão (PCP): É para um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para um esclarecimento, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu quero congratular-me com as afirmações que aqui foram prestadas, porque apenas resta-me agora esperar para que em próxima oportunidade ou muito brevemente possamos ter o "stop over" nas Flores e no Corvo.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça:

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A intervenção que vou proferir hoje, poder-se-á entender como a súmula de uma análise do todo, partindo da parte.

Não sei se isto é filosofia barata se é silogismo sem conclusão, mas eu próprio sei o que pretendo com o que acabei de proferir.

E diria mais. Diria que não é meu timbre olhar a árvore e esquecer a floresta. Mas, devo lembrar que não há floresta sem árvores e quanto melhor sejam as árvores melhor será a floresta.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Isso é Lapalice!

O Orador: Lapalice, por vezes é importante ser relembrado, Sr. Deputado.

E devo dizer face, nomeadamente, a algumas intervenções espontâneas que ontem ouvi nesta Câmara.

Que o todo é o resultado da soma de todas as partes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O Governo Regional visitou recentemente a ilha pelo círculo eleitoral e pela a qual represento e fui eleito, a Ilha Graciosa, no âmbito da auscultação dos responsáveis locais, autarcas e Deputados, tendo em vista a elaboração do Plano para 1993, bem como do próximo Plano Médio Prazo 93/96.

Durante algum tempo, procurámos indagar antes da visita qual o seu âmbito, parecia à priori que estava no segredo dos deuses.

Finalmente, conseguimos descobrir que o Governo pretendia dialogar com as forças vivas locais, no sentido da elaboração de tão importantes documentos.

Eu poderia em termos sintéticos ou em termos perifrásticos dizer muito rapidamente que uma frase tradicional e habitual que é dita e que é o seguinte:

"E os costumes disse o Governo em função da visita, não há dinheiro".

Não é crime nem pecado, é certo, mas não é um bom presságio para o início de um mandato de um Governo, iniciá-lo sob o signo da penúria e, passo a expressão de caloteiro!

Penúria, porque uma vez perante as carências dos investimentos expostos pelos eleitos locais e reconhecido uma vez a necessidade de algumas infraestruturas que foram anunciadas na reunião pública à qual tive acesso, porque de facto não tenho acesso a conversas de bastidores, dizia, o Governo reconheceu, explicitamente, que era de facto necessário que as infraestruturas fossem feitas, mas que não havia dinheiro.

E concretamente vou citar dois casos em absoluto e um com alguma relatividade.

Não havia dinheiro para um tema que tem sido debatido de algum tempo a esta parte.

Eu próprio senão me falha a memória, são decorridos cinco ou seis anos e colegas que comigo - colegas deputados do círculo da ilha - privaram durante esse tempo e neste momento presente também têm evocado o mesmo aspecto que, é uma infraestrutura de grande necessidade que a ilha e nomeadamente as pessoas que vivem do mar e não só os que vivem do mar, também aqueles que carecem de protecção em terra face às intempéries do mar. Desejam, solicitam, pedem já há cinco ou seis anos.

Como eu disse que vi o Governo prometer que seria no então passado Plano de Médio Prazo, não surgiu e vamos com outro Plano de Médio Prazo e não sei o que se passará. Mas o que foi dito lá, ou seja, daquilo a que tive acesso como já disse, é de que é uma infraestrutura de grande monta, trata-se de um quebra mar que vai dar grande protecção às embarcações e nomeadamente às habitações que estão daquela zona.

E portanto, como disse foi assumido que não havia dinheiro.

Mas mais. Também eu já por diversas vezes fiz eco aqui que aquela ilha tem carência absoluta, porque todos sabem que as pessoas vivem essencialmente da agropecuária, por isso precisa do prolongamento, ou seja, um investimento condigno em termos de caminhos de penetração. Eu próprio e por diversa vezes também fiz eco deste problema, bem como outros colegas o fizeram.

O Sr. Secretário da Agricultura e Pescas que lamentavelmente não está aqui para o confirmar, mas por certo que não me irá desmentir que na dita reunião pública disse sim senhor, é necessário, mas não há dinheiro muito embora existam fundos estruturais que cubram estes investimentos. Não temos possibilidade de participar no investimento que o Governo tem que fazer nessa matéria.

Um terceiro exemplo e este num sentido mais abstracto.

Não há definição mas também não há dinheiro, até se falou numa situação que considere ridícula em que se que é preciso pôr arame farpado, salvo erro, à volta das escolas na medida em que as bolas saltam para os quintais dos vizinhos.

Mas vamos lá ver. Em relação a esse aspecto não foi dito que não havia dinheiro. É a Escola de Santa Cruz da Graciosa, já inscrita num Plano de Médio Prazo, já inscrita no Plano Anual, já dotada de 15 mil contos, desaparecidos os mesmos e depois dotada de 5 mil contos.

Pergunto:

Para quê? Qual a finalidade? Quais os efeitos práticos de uma visita desta natureza para que, nomeadamente, nestes três aspectos e outros foram tratados, não se veja, não se discute, não se apresentam soluções, se se limitam a ouvir dizer que não há dinheiro, qual a finalidade? Para onde vamos? Onde estamos? Quem somos nós?

Daí eu dizer que estou de facto a falar de uma ilha, represento-a, não considere que ao estar a pronunciar-me neste contexto, não esteja também a tratar do interesse de uma região que é constituída por nove parcelas e que se quer um tratamento igualitário e de unidade regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Um aspecto que eu também desejaria ver tratado para breve e que vou ocupar, relativamente, algum tempo sobre ele.

Prende-se, nomeadamente, com a dívida regional.

Eu disse que de facto e passo a expressão que citei e de resto não vale a pena entrarmos muito por esse campo, tendo em conta que ele já foi altamente debatido aqui, todos sabem, mas parece que nomeadamente o Sr. Secretário das Finanças também não cá está para uma vez mais debater connosco este aspecto.

Ao que parece é que naquele programa de quinta feira, queria tentar demonstrar aos açorianos que a dívida se existia, era de montante muito baixo em relação aquilo que todos nós sabemos que não é.

Eu penso que este Governo deve ter a coragem, deve ter a verticalidade e deve ter sobretudo a dignidade de dizer quanto devemos, quando pensamos pagar e como? Porque, tal como ontem foi aqui referido, salvo erro, pelo o Sr. Deputado Victor Evaristo ou qualquer outro e visto que eu próprio já disse que não é crime dizer-se, mas sim o que constitui crime é não se procurar os meios normais para pagar o que se deve.

Enquanto não se programarem investimentos com carácter reprodutivo que minimizem a dívida, essa vai aumentando e todos sabem que não é preciso ser-se licenciado em matemática ou qualquer coisa no género, mesmo que não se fizesse mais nada, basta só os juros para aumentar drasticamente.

Eu quero saber e esta Câmara tem o direito de saber o que vai ser o investimento no ano de 93 nesta Região ou se o investimento do ano de 93 vai ser o investimento zero do Governo Regional!

Estamos cá para ver!

Porque nós também sabemos fazer contas e sabemos qual a situação que atravessa o Governo nesta matéria.

Hoje já foi falado aqui e ontem também foi trazido à colação o facto de vivermos em ilhas com sérias dificuldades em termos de transportes quer marítimos quer aéreos.

Ouvi hoje e congratulo-me também com a decisão tomada em relação aos nossos irmãos Corvinos de que vão ter voos regulares da SATA, ou seja, com três voos semanais praticados pelo DORNIER.

Em seguida, é evidente que isto é mesmo assim, isto é uma cadeia e a vida não para. O DORNIER vai lá três vezes, mas há os "stop over", no entanto tudo bem.

Lembro que também em determinado momento fiz "finca pé" e conseguimos em conjunto que esse problema dos "stop over" fosse despenalizado em relação à Graciosa porque também o era.

Esta minha introdução vem para dizer que uma das minhas - e falo em título pessoal - principais funções desta Casa é reivindicar aquilo que eu entendo de bom e de melhor para todos os Graciosenes, porque aquilo que é bom nós não temos que nos reverenciar perante o Governo. Temos que reconhecer, mas o Governo tem obrigatoriedade de fazer cada vez mais e melhor dentro dos limites das possibilidades.

Neste contexto, eu queria só deixar aqui uma recomendação ao Governo na pessoa do único titular presente, é de que já não sei à quanto e começo de facto por cansar e não vou fazer promessa de ser a última vez como já fiz. Uma que não falo mais é em relação à Adega Cooperativa da Ilha Graciosa, porque esgotou de facto o tema e o assunto não se resolveu.

É a questão de que todos sabemos também o montante do défice diário da SATA-AIR AÇORES.

Sabêmo-lo. Para discutir as causas se for preciso haverá um debate sobre isso. Há má gestão, com certeza. Já ouço dizer que os ATP já não são os melhores,...

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Não é a questão fissuras?

O Orador: ... só é pena não estar cá o nosso colega Paulo Araújo que bem se debateu na altura por isso, mas não vou entrar por esse capítulo. O que eu vou dizer...

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: ... não, eu não vou entrar por aí, na medida em que não sou especialista na matéria e procuro falar, minimamente, daquilo que sei. O que eu neste momento sei, é que pelo menos no Verão, porque não faz a SATA um esforço - eu quase que estou aqui a pedir de joelhos, mas não me ponho de joelhos - ...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: ... e porque não tem os Graciosenses direito, pelo menos nos meses de Junho, Julho, Agosto e, visto que agora não há só ATP, há também DORNIER que faz uma viagem para 18 passageiros e nessa altura garanto-vos que não vou dar aqui 100% de ocupação, no entanto seria considerável.

Porque não existe no horário ao público um voo ao domingo nos meses de Verão para a Ilha Graciosa? Porquê?

Garanto-vos que com uma densidade de emigrantes que vêm para as festas de Verão, com a divulgação e a procura turística da ilha que já é um facto. Com isto quero dizer que não se iriam arrepender e que os Graciosenses tem direito a tal facto.

Deixo estas palavras, possivelmente, mais pedras ao charco e no entanto fico com a minha consciência tranquila.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Aplausos da bancada do PS e da Representação Parlamentar do CDS/PP)

Presidente: O Sr. Deputado José Aguiar pediu a palavra, conjuntamente, com o Sr. Deputado João Cunha, no entanto, vou dar a palavra ao Sr. Deputado José Aguiar e gostaria que tivesse em consideração que o Partido Socialista dispõe de pouco menos que um minuto, para qualquer eventual resposta do Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado José Aguiar (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, é apenas para prestar alguns esclarecimentos.

Não há dúvida que comungo de algumas preocupações trazidas aqui pelo o Sr. Deputado Carlos Mendonça, aliás, o que já vem sendo hábito de anos anteriores.

De qualquer maneira e em relação à primeira parte da sua intervenção, pareceu-me um discurso extremamente miserabilista, descontente com tudo e todos, que nada se vai fazer e nada está feito. Penso que, talvez, não seja bem assim.

A Graciosa, a nossa ilha, efectivamente, precisa de muitas coisas. Nós na reunião a que V. Ex.^a se referiu, apresentámos uma série de infraestruturas e melhoramentos que precisamos para a nossa terra.

Nós estamos convencidos que precisamos deles, mas também não nos podemos esquecer de que efectivamente e felizmente a Graciosa hoje é diferente, para melhor daquilo que era alguns anos atrás.

Todos nós temos consciência disso e penso que também o Sr. Deputado terá consciência do mesmo.

Falou nas situações extremamente desagradáveis que ainda existem. Existem e como tal temos consciência das mesmas e continuaremos a trabalhar por forma a que se vá fazendo sempre alguma coisa em prol e benefício da população que reside na nossa ilha.

De qualquer forma gostaria também de lembrar à Câmara que, por exemplo, ainda durante o ano transacto várias obras foram feitas na Graciosa.

Algumas delas ainda continuam em curso, nomeadamente, as recargas das estradas que bem precisavam e precisam ser recarregadas, no entanto, é preciso não esquecer que muitos quilómetros foram feitos tendo em conta a nossa dimensão.

As Termas do Carapacho, felizmente, que foram concluídas as suas obras e estão prontas a entrar ao serviço da população.

O centro de saúde está numa fase bastante mais adiantada e com muito mais gente a trabalhar lá, o que se prevê que venha a resolver as necessidades da nossa população visto que tem vindo a ser servida em muito más condições, - eu próprio reconheço isso - mas há momentos em que tem que se ter algum sacrifício para depois podermos usufruir dos benefícios que estão a ser feitos.

O Polivalente da Praia da Graciosa onde irá funcionar a Junta Autónoma dos Portos e também uma gare de passageiros que neste momento está a ser concluída, para além de outras que já estão feitas e que nos tornaria fastidioso aqui enumerar, mas V. Ex.^a conhece também como eu que a Graciosa, felizmente, está muito diferente e para melhor daquilo que era há dez, doze ou quinze anos atrás.

Naturalmente que existem deficiências, nós temos consciências delas e continuaremos a debatermo-nos para que esses problemas sejam resolvidos e naturalmente que o PSD e o Governo também estão sensibilizados para essas questões.

O quebra mar da Praia, lembro-me que fui o primeiro a trazer este problema aqui à Assembleia Legislativa Regional dos Açores e que, efectivamente, o Sr. Deputado Carlos Mendonça também comunga dessa preocupação, inclusivamente, estou preocupado com essa situação e julgo que ela deve ser encarada de frente, mas também reconheço que é uma verba significativa e necessário o seu investimento.

Vamos tentar que ela seja realizada, mas conforme for possível ao Governo.

Penso, no entanto que também em benefício dos pescadores, outras medidas se podem tomar que de certa forma permitam que eles tenham uma vida mais facilitada, nomeadamente, o arranjo da rampa de varagem do Porto da Praia e que segundo as informações de que disponho, é de que há muito mais abertura para no espaço de tempo mais curto ser resolvido e assim facilitar um pouco a vida aos pescadores.

Sei que não é a solução ideal, mas é pelo o menos uma que irá atenuar as suas dificuldades.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado João Cunha tinha pedido a palavra, mas disse que prescindia.

Sendo assim, darei a palavra para prestar esclarecimentos ao Sr. Deputado Carlos Mendonça que dispõe de um minuto.

O Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente pediu a palavra com que finalidade?

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): É para prestar um esclarecimento à intervenção do Sr. Deputado, mas faria depois da resposta.

Presidente: Mas se V. Ex.^a não se importar responde por conjunto e para sua própria economia de tempo.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Farei os possíveis para na minha intervenção não suscitar esclarecimentos, dado que tem justamente pouco tempo.

Eu gostaria de fazer algumas referências à intervenção do Sr. Deputado Carlos Mendonça.

E de facto dizer que o Governo este ano, visitou as ilhas num novo figurino e que tem justamente a ver com o facto de o ano tratar-se de ser um ano de preparação do Plano de Médio Prazo e também indo ao encontro de algumas sugestões feitas, nomeadamente, pelos os autarcas das ilhas que, reclamavam que o Governo em alguns anos se deslocava demasiado tarde e que não era na melhor altura para incluir algumas das acções que consideravam como prioritárias.

Fê-lo, tendo em consideração também que o Plano de Médio Prazo e de acordo com a proposta aprovada por esta Assembleia que, será entregue no decurso do mês de Abril ou até final do mesmo e nessa altura o Sr. Deputado vai ter oportunidade para ler, reler e debater o Plano de Investimentos para 93 e logicamente o Plano de Médio Prazo, aliás, como é costume nesta Casa se debater os planos anuais.

O Sr. Deputado pela a sua intervenção dá ideia que este ano o Plano de 93 não vai ser debatido ou por outra não vai ter oportunidade de saber quais são as acções e as verbas contempladas nele. Mas, tê-las-á como é legal e como cumprimento da legislação em vigor.

No que diz respeito, Sr. Deputado, à questão da falta de dinheiro, eu julgo, precisamente, que o Governo tem tido é coragem de dizer que devido à redução de algumas das receitas previstas para o Plano de 92 e por isso no ano de 93, terá que fazer alguma travagem, justamente, para satisfazer...

Presidente: O Sr. Secretário Regional dispõe de mais um minuto.

O Orador: ... os compromissos que tem assumidos.

Portanto, o Governo assume isto com coragem, não é um discurso miserabilista. O Governo vai projectar e executar acções no ano de 1993, mas logicamente que não serão aquelas que o Governo pretendia implementar e por isso julgo que tem coragem nessa medida.

Gostaria também de dizer relativamente às receitas, Sr. Deputado, que grande parte das nossas receitas ou dos projectos executados são verbas que vem através de verbas comunitárias e a Comunidade Económica tem também grandes dificuldades, daí que tem transferido tardiamente parte dessas verbas e que logicamente tem repercussões nos pagamentos que o Governo faz na Região Autónoma dos Açores.

Finalmente, Sr. Deputado, no que diz respeito à Administração da SATA, era bom e o Sr. Deputado bem sabe, porque inclusivamente é da sua área e como jurista sabe que sendo a SATA uma empresa pública, tem uma administração autónoma e possui a sua autonomia.

Presidente: Sr. Secretário, eu agradecia ...

O Orador: Portanto, o Governo não manda na SATA, o Governo tutela a SATA como tem tutela noutras empresas públicas.

Presidente: Sr. Secretário Regional, agradecia que terminasse visto que o seu tempo esgotou.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

É preciso que isso fique perfeitamente claro.

Contudo, gostaria de aqui fazer uma referência aos "stop over", julgo que há aí,... inclusivamente, eu talvez não entendi muito bem a intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão e agora de novo a do Sr. Deputado Carlos Mendonça.

É porque tanto quanto sei, não há "stop over" senão para continuação de viagens, ou seja, o Sr. Deputado se quiser ir do Faial para São Miguel, não pode ir com a mesma passagem, ficar hoje na Terceira e amanhã seguir para São Miguel.

Portanto, se fizer "stop over" tem um acréscimo. Há, sim possibilidade de fazer "stop over" em viagens de continuação, ou seja, na próxima ligação e em viagens com destinos turísticos, onde está previsto a paragem nos "stop over" em alguns destinos ou melhor em algum número de ilhas.

Com isto, julgo que terei esclarecido a intervenção do Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Valadão, naturalmente, que queria referir-se a esta questão aqui do Sr. Secretário.

Portanto, eu daria a palavra ao Sr. Deputado Carlos Mendonça que já há pouco a tinha pedido e que tem várias respostas a dar e só depois darei a palavra ao Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

De facto, é preciso um bocado de síntese e tenho pena de não ter tempo, porque de facto a síntese às vezes não abarca tudo.

Em relação ao meu colega e amigo José Aguiar, queria lhe dizer o seguinte:

Primeiro, o Sr. Deputado de facto fez um rol de investimentos feitos que eu reconheço, mas que mal estaríamos nós se ao longo de 16 anos nada existisse.

Sr. Deputado, está feito, está feito e bem feito.

Temos que pugnar é pelo o que não existe e por aquilo que é necessário. Eu da suas palavras inferiria que é subjectivo, não é? A minha interpretação de que quase nada é necessário ir para o Plano de Médio Prazo.

O seu discurso parece-me de facto ser o discurso do Sr. Presidente do Governo Regional, já fizemos, já fizemos, já fizemos, agora vamos ver.

Portanto, precisamos é de obras concretas para o Plano de Médio Prazo e agora tramito já para o Sr. Secretário Regional, porque de facto estou, altamente, expectante para ver o que é que vai ser inserido no Plano Anual e no Plano de Médio Prazo.

Porque não sou economista, nem trabalho em estatística, mas eu sei como é que se planeiam e sei a definição de um plano. É um conjunto de propostas que se procura executar num determinado período de tempo. Agora também lhe digo, Sr. Secretário, é que já vi muitas e em muitas ilhas e ao longo de quase treze anos que cá ando, inserir-se determinados projectos em determinados planos, chegar-se ao fim e não haver execução e depois ainda ir desagregar-se a execução. Ainda hoje são um exemplo.

Em relação à Graciosa já alguns anos a esta parte para não ir a outros aspectos, as lotas vem lá todas inscritas, pelo menos, salvo erro, há quatro e ainda não há nenhuma realizada.

Deputado António Silveira (PSD): Vai ser agora!

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse porque o seu está a esgotar-se.

O Orador: Em relação à SATA e à tutela, é evidente que eu também sei qual é o esquema jurídico de funcionamento de uma empresa pública, mas Sr. Secretário, não vamos aqui "tapar o sol com a majoeira". O que eu disse aqui é que V. Ex.^a se tem possibilidade de interceder e como está aqui como único representante do Governo, não é o Homem da tutela da SATA, mas é o porta voz do Governo perante esta

Câmara, interceda como entender. Foi um pedido que eu deixei junto da administração para que isso se realize.

Quanto às dívidas, Sr. Secretário, o tempo não me permite, mas só lhe lembro a tal história dos 150\$00 que não havia para reembolsar num determinado centro de saúde ou hospital da Região.

Não vale a pena a gente perder mais tempo com isto.

Deputado Rui Melo (PSD): Estamos no tempo das vacas magras!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para dar esclarecimentos.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Mais uma vez e vou-me cingir ao problema da SATA, porque das outras matérias vou tratar em intervenção própria que dentro de momentos irei proferir.

Penso que, fundamentalmente, neste capítulo eu gostaria que o Sr. Secretário Regional nos afirmasse se considera ou não as Flores e o Corvo como destinos turísticos, porque eu penso que é isso que está em causa neste momento e é o que está em causa nesta matéria.

Efectivamente, se de Santa Maria à Horta, passando por São Miguel e Terceira são considerados destinos turísticos e têm direito a "stop over", eu não compreendo porque é que no Horta-Flores-Corvo, as Flores não pode ser considerada um destino turístico com "stop over", bem como no Horta-Corvo-Flores, o Corvo não pode ser considerado um destino turístico com "stop over".

É isto que não compreendo e é isto que penso que teria de ser feito, para que estes destinos fossem considerados ao mesmo nível de São Miguel e da Terceira no percurso Santa Maria/São Miguel Terceira/Horta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Aguiar para prestar esclarecimentos.

Deputado José Aguiar (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

É apenas para um pequeno esclarecimento e sei que o Sr. Deputado não tem tempo para continuar com esta discussão, mas penso que não necessitará de dar resposta.

É para que não fique a ideia de que eu ao enunciar aqui um rol de investimentos que foram feitos na nossa ilha, de que estou satisfeito e de que tudo está feito, aliás, com

o decurso da intervenção que fiz, disse que, efectivamente, muita coisa há ainda para fazer e continuaremos a trabalhar para se venha a fazer mais, tendo em conta aquilo que os Graciosenses precisam, desejam e é legítimo que reivindicuem.

De qualquer maneira, congratulo-me pelo o Sr. Deputado reconhecer que, efectivamente, há muito trabalho feito na Graciosa e bem feito, felizmente.

De qualquer forma ao enunciar um rol de investimentos que já estão realizados, tenho pelo o menos a sensação de que será um indício e tenho a certeza que isso irá acontecer e que o Governo irá continuar a investir também naquela parcela dos Açores.

Assim o esperamos e assim estamos cá para reivindicar e exigir por forma a que isso continue a acontecer.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sem querer ir contra o regimento, gostaria de prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Paulo Valadão, mas se me permite é porque eu não percebi bem os destinos em que disse que não havia "stop over".

Foi, Flores-Corvo Faial?!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Valadão pode informar o Sr. Secretário.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Nós temos viagens no novo horário da SATA que são Horta-Flores-Corvo-Horta.

Eu entendo que neste Horta-Flores-Corvo-Horta, o passageiro deveria poder parar nas Flores e seguir no dia seguinte para o Corvo sem acrescento ao preço da viagem normal.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional:

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar gostaria de dizer ao Sr. Deputado que o destino turístico são os Açores. Depois existem várias parcelas e que os circuitos são escolhidos em função dos operadores turísticos.

Portanto, quando digo que é possível fazerem-se "stop over" em viagens turísticas, são os próprios operadores que escolhem quais as ilhas onde querem parar e fazer a sua programação.

No que diz respeito à questão da qual suscitou um pedido de esclarecimento, eu julgo que uma outra ilha onde - julgo, não afirmo - acontece essa situação de poder ficar sem acréscimo de passagem, ou seja, se as pessoas ficam, têm que tomar o voo seguinte ou melhor se a pessoa, por exemplo, faz o percurso Faial-São Jorge e faz Faial-Terceira-São Jorge e no caso de ser um voo corrido tem que seguir nesse mesmo voo até São Jorge, se por qualquer motivo quiser ficar na Terceira, terá de pagar um acréscimo.

Julgo que é assim Sr. Deputado, não sou especialista nessa matéria, no entanto era isto que gostava de dizer. Se assim não for, logicamente, que também serei esclarecido e estarei aqui para colocar os problemas aos respectivos Secretários no caso concreto ao Secretário de tutela, à SATA ou qualquer outra empresa.

Aliás, é essa a minha função de representar o Governo, esclarecer o que tem a esclarecer e também fazer chegar aos meus colegas tudo aquilo que aqui é dito. É nessa função que aqui estou e gostaria que de uma vez por todas ficasse aqui referido este aspecto.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Morais, pediu a palavra com que finalidade?

Deputado Carlos Morais (PSD): É para prestar um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Carlos Morais (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu queria esclarecer aqui o Sr. Deputado Paulo Valadão que em relação aos "stop over", um passageiro que faça Ponta Delgada-Horta-Flores-Corvo, pode fazer "stop over's" em qualquer um destes trajectos, permitindo mesmo ficar mais de 24 horas.

Em relação ao caso do Corvo, a regulamentação e apesar da SATA é que fazer esse serviço, a regulamentação é idêntica à que vigora para as outras ilhas.

Portanto, no caso inverso e se V.Ex.^a quiser fazer Horta-Flores-Corvo-Horta, pode certamente fazer Horta-Flores, o "stop over" faz nas Flores e ficar dois, três, quatro dias, ou seja, o tempo que desejar e em seguida ir para o Corvo-Horta.

Presidente: Tem em seguida a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão, naturalmente, para prestar ou pedir esclarecimentos.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Era para afirmar que aquilo que este Sr. Deputado acaba de afirmar, está em contradição com uma circular enviada pela a SATA para os diversos operadores turísticos que actuam nesta e mesmo fora desta Região.

Efectivamente, numa circular que ainda antes de ontem vigorava, não era permitido no percurso Horta-Flores-Corvo se fazer "stop over", exclusivamente, num dos percursos.

Ora, isto é uma situação de desigualdade, porque se eu sair de Santa Maria para a Horta, hei-de pagar uma passagem em Santa Maria-Horta e poderei parar em São Miguel, seguir num voo seguinte, poderei também parar na Terceira e ainda seguir num voo seguinte. Todos nós sabemos que isto é a realidade, na medida em que todos nós usufruímos desta situação.

Antes de ontem, estive num operador turístico e procurei comprar uma passagem Horta-Corvo-Flores. Aquilo que me foi dito e que me foi comprovado com documentos, foi que eu teria de pagar um Horta-Corvo ao qual era acrescentado mais 3 600\$00 para fazer o Corvo-Flores.

Em meu entender isto está mal, porque quando venho de São de Miguel para a Horta, paro na Terceira pelo o mesmo preço. Logicamente, quando faço Horta-Flores, devia ter o direito de parar no Corvo não apenas por vinte minutos, - tempo que a SATA pára como pára em qualquer outro destino - mas manter-me no Corvo um dia ou dois e seguir no voo seguinte para as Flores, tal como faço em relação à Terceira.

Por isso, considero que a SATA tem de facto um comportamento diferenciado em relação a estas duas ilhas.

Por outro lado, quero dizer que se há aquilo que o Sr. Deputado acabou de afirmar, é de ontem ou de hoje, tendo em conta que antes de ontem isso não era correcto.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Morais, pretende usar da palavra com que finalidade?

Deputado Carlos Morais (PSD): É para um pedido de esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Carlos Morais (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu acabei de obter informação há poucos minutos. Pedi uma tarifa Horta-Flores-Corvo e a informação que me foi dada é que eu podia permanecer em qualquer uma das ilhas o tempo que quisesse.

Aliás, anteriormente, a regulamentação na questão dos "stop over" já era idêntica, com isto quero dizer que não houve alterações.

Se esse operador turístico o informou, creio que o terá informado mal ou os operadores turísticos não estão em consonância.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para prestar esclarecimentos.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tem que ser muito rápido visto que o tempo urge e tenho que gerir o meu tempo .

É para dizer que, não foi só a informação de um operador turístico e com isto irei fazer chegar à Mesa essa circular da SATA que introduz uma excepção na rota Horta-Flores-Corvo-Horta.

Presidente: Passamos às nossas inscrições e daria a palavra para uma intervenção ao Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Todos sabemos e todos sentimos que a evolução recente da vida política regional tem sido muito negativa.

O descontentamento social está a atingir níveis nunca antes alcançados.

A descrença nas políticas praticadas e nas políticas anunciadas é patente em todo o tecido social e em todo o tecido económico.

Começam mesmo a aparecer sinais negativos no que respeita à unidade da Região. À tendência crescente de se instalarem orientações económicas redutoras, corresponde a tendência, também crescente, de pôr em causa o sistema constitucional que nos rege.

O PSD e o seu Governo isolaram-se na sua maioria.

Reduziram o diálogo político a zero e restringiram o diálogo social apenas a algumas questões de forma.

O ambiente político específico da Região tem-se degradado na exacta medida em que decisões erradas e ausência de decisões provocam crescentes problemas concretos de séria gravidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A teimosa adopção em Dezembro passado de uma hora legal inadequada provocou uma situação de desequilíbrio social com profundos reflexos na credibilidade que os cidadãos dedicam às instituições governativas.

O adiamento da apresentação do Plano de Médio Prazo 93/96 e do Orçamento e Plano para 93 até fins de Abril com a sua consequente aprovação e entrada em vigor lá para meados do ano, para além de corresponder a uma manobra política que visa procurar obter uma melhor posicionamento do Governo, **lança a dúvida generalizada sobre a capacidade das instituições.**

A teimosia do Governo em pretender revogar a Remuneração Complementar mostra claramente a indisponibilidade do PSD em governar tendo em conta os problemas concretos dos cidadãos.

A violência verbal usada para criar a ideia de que não há dinheiro, de que não há possibilidades de actuar e de que não há forma de atender a justas solicitações se é certo que é usada para criar um ambiente que facilite a vida ao Governo, também é certo que abre caminho ao lançamento de teses limitativas da Autonomia.

O isolamento maioritário a que o Governo se votou, separa-o da sociedade, afasta-o das questões concretas, distorce a razão de ser do sistema, cria um ambiente de desmoronamento político que não pode ter como justificação pretensas manobras, ou falta de vontade em encarar de frente realidades penosas mas resolúveis.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr Secretário Regional:

Quando do Orçamento para 1993 for discutido e estiver aprovado já a política orçamental para o ano em curso estará irremediavelmente definida.

Uma vez mais corre-se o risco de na Assembleia Legislativa Regional não se discutir em profundidade a política financeira do passado recente, do presente e do futuro.

Uma vez mais corre-se o risco de serem adiadas questões essenciais desse âmbito e se assim for, estar-se-à a abrir mais e mais o buraco das contradições onde este poder regional está, com a sua política a meter o sistema que nos rege.

De facto, para a defesa do Sistema Autónimo e para a criação da possibilidade política de serem, pela Região, resolvidos os seus problemas principais, a questão das finanças públicas regionais é essencial.

Não se trata nem nunca se tratou de saber se o Sr. Secretário das Finanças é homem sério nem se trata, sequer de saber se quem ocupa essa pasta é competente ou trabalhador.

Trata-se, sim, é de saber como garantir no futuro que a receita própria aumente em grau suficiente, como assegurar que a solidariedade nacional funcione, como actuar para aproveitar todos os recursos comunitários a que possamos ter acesso.

Trata-se sim é de se ver como se conseguirá isso, sabendo-se que as despesas correntes obrigatórias vão tender a aumentar, nomeadamente as que dizem respeito a pessoal; sabendo-se que o recurso à dívida tem que ser inteligente e adequado; sabendo-se que cada centavo público a investir tem que ter uma justificação social ou económica.

Trata-se também de ver como se fará tudo isso sem perder de vista que a Região são nove ilhas, que há ilhas com o seu potencial produtivo enfraquecido e com uma dimensão que as penaliza fortemente.

Trata-se, ainda, de ver como se tem que actuar nessas direcções sem ser pelo fácil caminho de esquecer, desta sociedade, os que já são esquecidos.

Os problemas financeiros de hoje são fruto da convergência de vários factores, dos quais sobressaem a perspectiva política imediatista e eleitoralista que os governos do PSD tem tido da utilização dos dinheiros públicos, a perspectiva centralista nacional do PSD que limita a solidariedade nacional e as dificuldades, limitações e orientações erradas da economia regional que se reflectem no seu fraco e distorcido crescimento.

Enquanto não se quiser ir ao fundo das razões continuar-se-à a actuar, movidos por dinâmicas momentâneas, visando garantir, votos em certos momentos, mas caminhando inexoravelmente para uma situação de impossibilidade concreta de garantir eficiência e de gerar credibilidade.

Hoje, nesta primeira metade do ano, o que mais se ouve é que não há dinheiro.

Contudo o grosso das receitas não se evaporaram.

Hoje o que se deveria ouvir é que o crescimento da receita é porventura insuficiente para as necessidades da despesa e isso obrigaria a que se fizesse o exame concreto de todas as despesas, correntes e de investimento e que se analisassem todas as opções.

Após isso, definir-se-iam prioridades.

Mas, este Governo tem preferido dizer agora que não há dinheiro, e assim, forçando moratórias em pagamentos, cortando onde muito bem quer, escondendo o que gastou a mais em 92, vai criando a base para, a partir de Julho, mudar de discurso, reanimar algumas obras, distribuir alguns subsídios e dizer; **"apesar de não haver dinheiro nós conseguimos superar a crise"(!)**. Dirá isto em vésperas de eleições autárquicas! Uma vez mais, teremos, tudo o indica, a gestão dos meios públicos ao serviço da angariação de votos.

Se assim for em Dezembro estaremos pior do que hoje; o sistema estará mais comprometido; as perspectivas de futuro serão mais turvas.

Manobrar assim pode ser fácil, mas não só não é correcto como põe em causa tudo, ou seja, põe em causa a credibilidade do sistema político democrático que temos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A Concertação Social não é um espaço de diálogo, mas antes um momento de diminuta informação governamental, que todos os parceiros sociais já põem em causa.

O Conselho Consultivo Regional da Juventude não foi constituído nesta Legislatura, sem se perceber porquê.

O Conselho Regional da Agricultura irá reunir, após três anos de intervalo.

O Governo substitui o diálogo social institucional pela conversa que vai feita e não é para mudar.

Enquanto assim acontece os problemas agravam-se na sociedade e na economia.

A Representação Parlamentar do PCP, continuará como até aqui, a trazer, sempre, a esta tribuna esses problemas e não deixará de remar contra esta maré forte de autoritarismo instalado, mas impotente, manobrador mas inconsequente que o PSD está a querer impôr à nossa sociedade

Disse.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Morais.

Deputado Carlos Morais (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Sendo esta a minha primeira intervenção, quero aqui nesta Assembleia manifestar que tudo farei para a dignificação desta casa. Quero também aqui saudar os meus companheiros e congratular-me com a eleição e renovação do novo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em especial o seu líder,...

Deputado Fernando Fonte (PS): O seu Presidente não está cá!

O Orador: ...apostado mais uma vez a permanecer na Região - não sabemos é por quanto tempo -. Aliás, vejo o senhor deputado, e não só, muito activos tentando fazer passar para a opinião pública que a crise do seu partido está controlada, quando ela ainda nem começou.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Nunca houve crise!

O Orador: Contudo a minha subida a esta tribuna tem em vista outros pontos mais relevantes do que o papel de mensageiro da discórdia.

(Aparte inaudível do Deputado Dionísio de Sousa)

O Orador: Se é verdade que nos últimos anos não terão sido muito significativos os investimentos públicos na ilha do Faial, **não posso deixar de referir que ao longo dos 16 anos de regime autonómico muitas foram as acções levadas a efeito pelo Governo Regional nesta Ilha** e que vieram proporcionar significativas melhorias directas e indirectas não só na finalidade de vida da sua população, como igualmente permitir um incentivo da actividade económica.

Pela sua importância merecem especial destaque a construção do Hospital, o Centro de Saúde, Entrepasto Frigorífico de apoio às Pescas, Polivalentes, Marina e

recuperação das Igrejas da Matriz e S. Francisco, bem como diversos apoios concedidos para o desenvolvimento dos sectores económicos e sociais.

Contudo, torna-se necessário a implementação nos próximos anos de um conjunto de importantes realizações a vários níveis e que ainda ontem (??) os deputados eleitos pelo o PSD da Ilha do Faial tiveram oportunidade de apresentar ao Governo Regional como contributo para a elaboração do próximo plano a Médio Prazo, cito algumas, repavimentação das estradas, variante Horta/Castelo Branco, Escola Secundária, Campo de Golfe, II Fase Polivalente dos Flamengos e Polivalente da Ribeirinha.

Aliás, os Srs. Deputados do Partido Socialista primaram pela ausência.

Temos ainda adjudicados o reforço do Porto da Horta e o Parque de Contentores.

Como é evidente, o PSD não é como outras forças políticas. Estando adjudicado é para se cumprir.

Quero com isto dizer que algumas vezes temos de saber esperar.

Contudo, vejo com alguma preocupação a hipótese do Porto da Horta passar a um plano secundário.

Por parte do Governo estão a ser elaborados estudos sobre os portos de entrada na Região.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Ainda!

O Orador: Não é relegado como alguém quis fazer crer que o Porto da Horta estaria para um plano secundário. Admira-me como jurista que é, o senhor deputado não estar melhor documentado e fazer mesmo afirmações que não são reais, creio com o intuito de único e exclusivo consumo interno.

Não nos podemos contudo esquecer da importância do Porto da Horta, que fez no dia 20 deste mês 117 anos do início da sua construção. Não deviam os ilustres deputados do Partido Socialista ter apresentado um dos seus habituais votos de saudação. Fica da nossa parte a sugestão.

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: A sua situação geográfica foi e é importante para o desenvolvimento da economia e indústria desta ilha e do resto dos grupos central e ocidental. Os Faialenses vivem em torno deste Porto.

O Faial é uma das ilhas mais caras da Região. **Encontrar** outra solução para este Porto poderá ainda trazer custos acrescidos e esperas ao consumidor final.

A legislação actual sobre a entrada de mercadoria nos portos dos Açores prevê ser feita em cinco portos, **o que está a ser cumprido.**

Com isto podem verificar os senhores deputados que o PSD e o Governo estão atentos ao futuro da Região.

Apesar de a partir de 1997 se pode passar a aplicar legislação comunitária que não obriga as transportadoras a cumprirem com o regime actualmente em vigor, o Governo deverá sempre procurar intervir e decerto que o fará sobre modalidades diversas por forma a acautelar que o Porto da Horta continue como Porto de entrada na Região.

Convém notar que o Porto da Horta representa um valor estratégico de primordial importância para o desenvolvimento económico da Ilha do Faial, pelo que as decisões a tomar neste domínio não poderão dirigir-se exclusivamente a análises técnico-económicas não perfeitamente enquadradas numa visão global do desenvolvimento do conjunto das nossas ilhas.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados esgotámos o nosso tempo para tratamento de assuntos de interesse relevante.

Vamos fazer um intervalo de 30 minutos. Pelas 18:15 horas agradece aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares e aos Srs. Deputados Paulo Valadão e Alvarino Pinheiro que nos reuníssemos na Sala da Mesa.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 17:50 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para podermos prosseguir os nossos trabalhos.

(Eram 18:40 horas)

(Pausa)

O Orador: Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para podermos prosseguir os nossos trabalhos.

Por entendimento na conferência, nós vamos fazer uma alteração à nossa Ordem de Trabalhos e vamos começar este nosso Período de Ordem do Dia com a votação para o cargo de Vice-Presidente da Assembleia Legislativa Regional do Açores do candidato Sr. Deputado Manuel Goulart Serpa.

Creio que todos os Srs. Deputados têm boletim de voto, por isso agradecia que se preparassem para a chamada.

*(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: **PSD** - Alberto Madruga da Costa, Álvaro Manito, Ana Gomes Silva, António Silveira, António Almeida, Artur Martins, Carlos Silva, Gaspar da Rosa, Humberto Melo, João Cunha, Jorge Valadão dos Santos, Homem de Gouveia, Manuel Amaral, Jorge Cabral, José Nunes, José Gonçalo Botelho, José Maria Bairos, José Aguiar, Manuel Arruda, Manuel Brasil, Carlos Morais, Fátima Oliveira, Mark Marques, Rosa Maria Machado, Rui Melo, Victor Cruz, Victor Evaristo; **PS** - António Silva Melo, António Gomes, Carlos Mendonça, Carlos César, Dionísio de Sousa, Fernando Fonte, Fernando Menezes, Fernando Lopes, Francisco Oliveira, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Humberto Chaves, Martins Goulart, Duarte Pires, Manuel António Martins, Manuel Serpa, Nélia Figueiredo, Ricardo Barros, Rogério Serpa, Rui Pedro Ávila; **CDS/PP** - Alvarino Pinheiro; **PCP** - Paulo Valadão).*

Secretário: Votaram 49 Srs. Deputados.

Presidente: Pedia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares, bem como aos Srs. Deputados Alvarino Pinheiro e Paulo Valadão o favor de assistirem à contagem dos votos.

Srs. Deputados, o resultado da eleição que acabámos de fazer foram os seguintes:

- 22 votos favoráveis;

- 27 votos contra;

Teremos que fazer uma nova eleição.

Pedia à pessoa encarregue dos serviços da Assembleia para fazer o favor de distribuir os boletins de voto.

(Pausa)

O Orador: Srs. Deputados, penso que todos têm boletim de voto, por isso vamos dar início à chamada para nova eleição.

*(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: **PSD** - Alberto Madruga da Costa, Álvaro Manito, Ana Gomes Silva, António Silveira, António Almeida, Artur Martins, Carlos Silva, Gaspar da Rosa, Humberto Melo, João Cunha, Jorge Valadão dos Santos, Homem de Gouveia, Manuel Amaral, Jorge Cabral, José Nunes, José Gonçalo Botelho, José Maria Bairos, José Aguiar, Manuel Arruda, Manuel Brasil, Carlos Morais, Fátima Oliveira, Mark Marques, Rosa Maria Machado, Rui Melo, Victor Cruz, Victor Evaristo; **PS** - António Silva Melo, António Gomes, Carlos Mendonça, Carlos César, Dionísio de Sousa, Fernando Fonte, Fernando Menezes, Fernando Lopes, Francisco Oliveira, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Humberto Chaves, Martins Goulart, Duarte Pires, Manuel António Martins, Manuel Serpa, Nélia Figueiredo, Ricardo Barros, Rogério Serpa, Rui Pedro Ávila; **CDS/PP** - Alvarino Pinheiro; **PCP** - Paulo Valadão).*

Secretário: Votaram 49 Srs. Deputados.

Presidente: Srs. Deputados, não temos ainda a possibilidade de considerar eleito o Sr. Deputado para o cargo de Vice-Presidente da ALRA.

A votação é a seguinte:

- 22 votos favoráveis,

- 26 votos contra;

- 1 abstenção;

Teremos que proceder a uma terceira votação.

(Pausa)

Presidente: Srs. Deputados, creio que já todos têm boletim de voto, por isso vamos dar início a nova votação

(Procedeu-se à votação à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: PSD - Alberto Madruga da Costa, Álvaro Manito, Ana Gomes Silva, António Silveira, António Almeida, Artur Martins, Carlos Silva, Gaspar da Rosa, Humberto Melo, João Cunha, Jorge Valadão dos Santos, Homem de Gouveia, Manuel Amaral, Jorge Cabral, José Nunes, José Gonçalo Botelho, José Maria Bairos, José Aguiar, Manuel Arruda, Manuel Brasil, Carlos Morais, Fátima Oliveira, Mark Marques, Rosa Maria Machado, Rui Melo, Victor Cruz, Victor Evaristo; PS - António Silva Melo, António Gomes, Carlos Mendonça, Carlos César, Dionísio de Sousa, Fernando Fonte, Fernando Menezes, Fernando Lopes, Francisco Oliveira, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Humberto Chaves, Martins Goulart, Duarte Pires, Manuel António Martins, Manuel Serpa, Nélia Figueiredo, Ricardo Barros, Rogério Serpa, Rui Pedro Ávila; CDS/PP - Alvarino Pinheiro; PCP - Paulo Valadão).

Secretário: Entraram na urna 49 votos.

Presidente: Srs. Deputados, agradeça que tomassem os vossos lugares para se anunciar o resultado desta eleição.

Entraram na urna 49 votos dos quais 26 são favoráveis e 23 contra.

Face a este resultado, cumpre-me declarar eleito Vice-Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores o Sr. Deputado Manuel Goulart Serpa a quem me cumpre muito cordialmente saudar.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Srs. Deputados, prosseguíamos com a nossa Ordem de Trabalhos e vamos apreciar o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão de uma Proposta de Resolução apresentada pela Representação Parlamentar do CDS/PP, sobre a "Compensação Financeira a atribuir às Câmaras Municipais de acordo com o Decreto Legislativo Regional nº 3/92/A, de 11 de Fevereiro".

Está aberta a discussão sobre este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão apresentado pela nossa representação parlamentar nesta Câmara, parece-nos perfeitamente adequado.

Na verdade quanto à questão da urgência, ela fundamenta-se no facto de que esta Assembleia Regional expressou a vontade de em 11 de Dezembro de 1992 revogar o decreto legislativo regional, só que em virtude da devolução que o mesmo foi objecto por parte do Sr. Ministro da República, ele está efectivamente em vigor.

Isto obriga a que o respectivo cumprimento seja levado a efeito no que respeita ao ano fiscal de 1992.

Portanto, trata-se, efectivamente, da tomada de posição desta Assembleia sobre uma matéria que respeita ao ano económico findo e por conseguinte urge tomar uma decisão sobre a mesma.

Quanto à dispensa de exame em comissão, embora exista aqui uma componente técnico jurídico, ela parece tão evidente que dispensa qualquer análise de especialidade.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós vamos votar favoravelmente este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão que é proposto pelo o CDS/PP.

Ainda há dias se referia aqui que responsáveis pelo o Governo Regional afirmavam que o Estado era uma pessoa séria. Nós não queremos pôr isso em causa e em nosso entender votar esta urgência e votar esta resolução, é pôr à prova o Grupo Parlamentar do PSD no sentido de se comprovar que o Governo Regional vai fazer jus a essa concepção de que é pessoa séria e que cumpre os seus deveres. Um dos deveres que compete ao Governo Regional, é fazer cumprir o Decreto Legislativo Regional n.º 3/92/A ao qual se recomenda que o faça.

Pensamos que é dever do Governo Regional transferir para as Câmaras Municipais da Praia da Vitória e de Santa Cruz das Flores, as compensações que foram estabelecidas por direito próprio às mesmas. Até ao momento não o fez e é por isso que em nosso entender é importante e absolutamente necessário que esta Assembleia diga ao Governo Regional para que sejam pessoas sérias, cumprindo com a legalidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo para fazer uma intervenção.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Afigura-se-me inquestionável que se mantém em vigor o Decreto Legislativo Regional n.º 3/92/A , - porquanto não chegou a ver a luz do dia - entenda-se que não chegou a ser publicado o Decreto Legislativo Regional 26/92 que esta Assembleia aprovou em 11 de Dezembro passado.

Sabemos todos as razões da não publicação deste decreto legislativo regional que visava a contenção de certas despesas públicas.

Não fará mal um brevíssimo resumo para nos situar-mos e recordar a questão.

Antes vigorar o Decreto Legislativo Regional n.º 3/92/A, existia o Decreto Legislativo Regional n.º 13/86/A, de 9 de Janeiro que considerava apenas como auxílio financeiro às Câmaras, o valor das isenções do imposto sobre os veículos.

Por este Decreto 3/92/A, veio-se alargar a compensação financeira a esses Municípios, Praia da Vitória e Santa Cruz das Flores, através de um conjunto de várias outras medidas de auxílio, cujo apuramento se vem tornando até à data difícil de quantificar.

Aliás, isto não é novidade, porque como se recordam os Srs. Deputados e na medida em que me parece que alguns se limitam a dizer que o Governo Regional é pessoa pouco séria, no entanto eu direi que alguns dos Srs. Deputados o que tem é muito pouca memória e por isso permite-me recordar que quando a Comissão de Política Geral emitiu o seu parecer sobre este Diploma 3/92/A, dizia no seu relatório o seguinte:

"A análise do projecto em apreço - era este projecto que deu origem ao 3/92/A - não permite concluir com indubitável clareza em que medida as autarquias abrangidas por este diploma são negativamente afectadas pela a execução de acordos e tratados internacionais".

E dizia-se mais!

"De igual modo, considerando o enunciado no artigo 3.º do projecto e o valor da compensação prevista no seu artigo 4.º, verifica-se que tal compensação se revela excessiva atendendo ao valor actual da receita das Câmaras Municipais, eventualmente, beneficiárias do auxílio financeiro compensatório proposto, bem como de todos os restantes municípios da Região.

Constata-se ainda que a compensação financeira a decorrer da aprovação deste diploma, não tem subjacente cálculos objectivos e de certa forma fundamentados, conduzindo à implementação de um critério de cuja aplicação resultará a introdução de um factor de desequilíbrio e de desigualdade entre os vários municípios da Região".

Por isso mesmo já o parecer da comissão na altura foi negativo.

Porém, a maioria que existia na altura mesmo assim fez aprovar esse malfadado Decreto 3/92/A.

Retomando o que eu estava a dizer, passando do que já previa e além do que ficou dito, teremos que ter em atenção face ao próprio texto do próprio decreto legislativo regional, que levantam-se algumas dúvidas de interpretação porque o n.º 1 do artigo 4.º ao estipular que o montante de auxílio financeiro não poderá ser inferior a 2% da receita efectiva do Orçamento Regional gerada no anterior ano, na sequência e como compensação dos acordos internacionais não vem facilitar as coisas dito desta maneira e posto nestes termos.

Bastará atinar que o n.º 2 do mesmo artigo 4.º, prescreve que o auxílio só será concedido e cito "se do cálculo previsto no n.º 1 do seu artigo 2.º resultar um valor superior a 0,1% do FEF - ou seja, do Fundo de Equilíbrio Financeiro - do capital do município" o que ainda só vem redobrar a dificuldade da questão.

Deputado Fernando Fonte (PS): 100%?!

O Orador: Isso é a sua interpretação, Sr. Deputado.

Dito de outra maneira, haverá lugar ou não à compensação financeira às duas Câmaras face a valores que é preciso apurar, o que é difícil e que até agora ainda não foi possível traduzir em números.

Portanto, Sr. Deputado Paulo Valadão, não se deve dizer que as pessoas não são sérias de uma maneira imprevidente.

(Aparte inaudível da Câmara)

O Orador: Mas se me permite eu continuo.

Daí não ter sido possível ainda ao Governo Regional, fixar por decreto regulamentar regional que está previsto no diploma legislativo...

(Aparte inaudível da Câmara)

O Orador: Pois é!

Os critérios necessários à fixação concreta em cada ano do auxílio financeiro previsto, pese embora, se diga no artigo 6.º do referido decreto legislativo regional que o Governo Regional deverá e cito "tomar as providências orçamentais necessárias para exequir este diploma no ano de 1992".

Já sabemos que uma coisa é legislar por forma genérica e abstracta que, é o conteúdo do decreto legislativo regional. Outra e bem diferente é ser possível dar-lhe cumprimento regulamentar atempadamente.

Penso que o que ficou dito, dá uma ideia das dificuldades de cumprimento pela impossibilidade de quantificar valores.

Refiro-me ao melindre da questão no aspecto estritamente jurídico, mas há neste diploma também um aspecto político que convém salientar. Todos recordamos ou pelo menos aqueles que o queiram fazer, que esta medida foi imposta por uma maioria casual que nesta Casa se formou espuriamente no ano passado.

(Aparte inaudível do Deputado Fernando Fonte)

O Orador: E que forma demagógica ou quiçá irresponsável, - e o Sr. Deputado estava aí - impôs um conjunto de medidas gravosas por um lado e redutoras por outro de um orçamento que fora aprovado meses antes nesta mesma Casa por a maioria que realmente existia.

Todas estas medidas aleatórias tiveram - todos nós o sabemos - fins populistas e fins eleitoralistas que não surtiram qualquer efeito como bem demonstraram os resultados eleitorais.

Há pois que corrigir este desmando, por isso se aprovou o Decreto Legislativo Regional n.º 26/92 em 11 de Dezembro findo, é facto como no início o disse que o diploma não chegou a ser publicado, mas também todos sabemos que a razão desse facto se prende com o pedido da apreciação preventiva da constitucionalidade da norma do artigo 1.º deste diploma, porém, apenas na parte que respeita quanto à revogação do Decreto Legislativo Regional n.º 15/92/A.

(Aparte inaudível do Deputado Dionísio de Sousa)

O Orador: Sr. Deputado, não fora esta questão do Sr. Ministro e a revogação do Decreto Legislativo Regional n.º 3/92, estaria consumada e o Sr. Deputado Paulo Valadão teria tido uma óptima oportunidade de não chamar sério, afinal, a quem o é. Convém, conseqüentemente, reapreciar ponderadamente esta matéria.

Deputado Fernando Fonte (PS): Muito bem!

O Orador: Nós também queremos clarificar esta questão, Sr. Deputado. O que não aceitamos, porém, é valores aleatórios de 98 e de 14,5 milhões de escudos expressos

na proposta ou no projecto de proposta, - como queira - que não sabemos, não aceitamos nem fazemos a mínima ideia como é que possa ali aparecer.

Como aliás, não aceitamos à priori afirmações de inaceitável ilegalidade. Por isso mesmo se torna necessário uma análise cuidada desta questão, o que não se configura nem se conforma com o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

Por tudo isto, iremos votar negativamente este pedido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Sr. Presidente, desejaria saber de quanto tempo ainda disponho?

Presidente: O Sr. Deputado, ainda dispõe de cerca de 12 minutos.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Esta Câmara tem ouvido argumentos de espantar, mas aqueles que foram aqui expostos pelo o porta voz do PSD, realmente são confrangedores...

Deputado Victor Evaristo (PSD): Isso é o que o Sr. pensa!

O Orador: ... na opinião de qualquer cidadão que tem o mínimo de noção do que é um Estado de Direito, do que é uma lei, do que é uma lei ter sido publicada, do que é uma lei que está em vigor, mesmo que não se concorde com ela, e restar-nos-ia aqui ouvir os ilustres juristas que poderiam dar algumas simples noções de como é que essas coisas funcionam.

Chegou-se ao cúmulo - e é bom ver isso pausadamente - de o Sr. representante do PSD, retomar aqui os argumentos do PSD na Comissão de Política Geral desta Assembleia que, foram vencidos neste Plenário por uma significativa maioria que fundamentou exaustivamente os seus objectivos e que na altura...

Deputado Victor Evaristo (PSD): O Sr. não tem é vergonha nessa cara, senão estava calado!

O Orador: ...tinha, inclusivamente, presente aqui o Sr. Secretário Regional da Administração Interna, - Secretário da tutela - que efectivamente com argumentos fundamentados e tecnicamente - pelo menos suportados - acabou por sair de facto vencido daquele debate que todos se lembram. Não foi só uma vitória de uma maioria como foi a fundamentação da razão que lhe assistiu.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Está doente!

O Orador: É de facto não ter argumentos para vir aqui desenterrar as meras considerações de uma comissão que, praticamente, nem foram tidos em conta por este Plenário desta Assembleia.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Não lhe convém!

O Orador: O Sr. Deputado, realmente, mete-se em questões de que esperamos competência da sua parte, acontece é que não nos esclarece e vem se meter nas questões em que nós não lhe reconhecemos competência...

Deputado Victor Evaristo (PSD): Nem é preciso!

O Orador: ... e que são as questões das contas de somar.

E nas questões das contas de somar e no caso concreto seria aplicar uma percentagem a uma verba que está publicada nas contas desta Região, só que efectivamente dá um bocadinho de trabalho olhar para essas coisas, na medida em que é preciso ter uma mínima noção dela. É de domínio público e apresentado pelo o Governo nas receitas da Região em 1991 provenientes dos respectivos acordos.

Isso está publicado na Conta da Região que está algures numa comissão.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Está?!

O Orador: E aplicando o valor mínimo que está previsto no diploma, dá efectivamente os 98 milhões de escudos - 98 mil contos- e os 14, 5 mil contos, para isso basta aplicar 2% aos 4,8 milhões de contos que a Região recebeu por conta do Acordo da Base das Lajes e à verba proveniente do Acordo Francês.

É, realmente, falta de argumento trazer essa lacuna aqui.

Quanto à questão do FEF. Referir a dificuldade do calculo de uma percentagem mínima em relação ao FEF para dar direito à candidatura, Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Governo Regional sempre soube calcular essa percentagem, quando daí resultava uma mísera verba de 10 mil contos para a Câmara da Praia e quanto ao que acontecia em relação às Flores não tenho presente.

Para isso o Governo Regional sabia fazer essa conta de multiplicar,...

Deputado Victor Evaristo (PSD): Os Srs. baralham as contas!

O Orador: ... embora meta uma décima, talvez por isso é que o Sr. Deputado está aqui em abstenção.

O Sr. Deputado chegou ao ponto de revelar que se isso baixasse à comissão, iria possibilitar o repensar na matéria, ou seja, vai possibilitar reflectir e corrigir a matéria.

V. Ex.^a, se essa fosse a intenção do Governo, este não tinha pura e simplesmente anulado o diploma, mas sim corrigido-o. Ora, o Governo não corrigiu o diploma e quer tão só eliminá-lo.

Portanto, nós até já estávamos preparados porque respeitamos essa maioria que está aqui.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Não parece, não parece!

O Orador: Nós estávamos preparados para o acto que o Governo e que esta maioria fez de revogar o decreto regional.

A não ser que os V. Exas. digam - e eu por um lado fico satisfeito - e o Sr. Deputado acaba de dizer aqui que vamos ter hipótese de reapreciar a matéria, facto que até acho ser uma boa notícia para todos nós, daí que vamos ter a hipótese de compensar de novo as Câmaras.

Mas, mesmo que assim seja, o que é preciso é aplicar o diploma e o conjunto de disparates que aqui foram ditos envolve uma outra questão.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Os disparates que foram ouvidos. Não é os que foram ditos!

O Orador: O diploma não foi publicado, não está em vigor, não existe, mas o Sr. Deputado arranja uma coisa que é a justificação para não existir ou pensa que está, eventualmente, aqui a arranjar como se houvesse justificação para o diploma não ser publicado.

Bom, eu não percebo nada de Direito. Eu apelo novamente que se há alguém nesta Câmara que perceba de Direito que nos dê algum auxílio.

É confrangedor dizer que um diploma não entrou em vigor porque, efectivamente, o Sr. Ministro da República da República devolveu-o.

(Aparte inaudível do Deputado Victor Evaristo)

O Orador: Foi isso que o Sr. disse.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Eu disse logo, que afigura-se inquestionável que está em vigor o decreto, só que a gente não o põe em execução porque não quer. O Sr. ainda não percebeu!

O Orador: Se está em vigor tem que ser aplicado.

Finalmente, não há valores aleatórios.

Valor aleatório é aquele valor que não se pode controlar.

O diploma foi tão bem concebido que, efectivamente, para quem tivesse dúvidas e porque estamos habituados a que o Governo seja restritivo na análise dos diplomas, aliás, foi isso que o Governo fez ao diploma que estava em vigor desde 1982 e todos se lembram que em relação ao diploma de 1982, o Governo deu voltas e voltas para dar 10 mil contos a uma câmara e como nós já sabíamos o que é que a casa gasta, a maioria que aprovou este diploma, acautelou e fixou valores mínimos.

São esses valores mínimos que o Governo do PSD com ou sem o apoio desta bancada, vai ter que transferir para as Câmaras Municipais, porque estamos num país de Direito, não numa Região de Direito e ainda há quem mande mais do que a maioria do PSD e do que o Governo do Dr. Mota Amaral. Ainda há Ministro da República, ainda há tribunais.

Os Srs. vão pagar ...

(Apartes inaudíveis do Deputado Victor Evaristo)

O Orador: ... e o facto de levarem isso com a comissão, vai-nos possibilitar esclarecer todos os interessados do acto irresponsável que V. Exas. acabam de aqui cometer.

Isto é de pasmar, isto é de benzer!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma intervenção.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Depois do que foi explanado aqui pelo o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro pouco mais há a acrescentar.

De qualquer modo, não queremos passar...

Deputado Jorge Cabral (PSD): Encosta!

O Orador: ... sem fazer alguns reparos.

E o primeiro é que pela a argumentação do representante do Partido Social Democrata em nada se poderá chegar à conclusão de que o Decreto Legislativo Regional nº 3/92/A não está em vigor, porque quer o Sr. Deputado queira ou não, este decreto legislativo está em vigor.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Claro, eu disse logo de início que afigura-se que está em vigor!

O Orador: Sim, Sr. Deputado!

Então se ele está em vigor, aquele Governo que V. Exas. apoiam, que devia estar acolá e não está, que cumpra com os seus deveres. Seja pessoa séria!

Mais, Sr. Deputado!

O Sr. vem pôr em causa, é a capacidade do Governo que o Sr. e os Srs. apoiam, de ser capaz de calcular e regulamentar este decreto legislativo que ao contrário do que o Sr. diz, é claro e objectivo.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Eu é que fui claro e objectivo!

O Orador: Este Governo e as pessoas que são responsáveis por estas matérias não foram capazes, durante quase ano e meio, de regulamentar um simples decreto legislativo regional e não o foram porque politicamente não o quiseram fazer o que é muito mais grave.

Deputado Victor Evaristo (PSD): O Sr. é que está a dizer isso!

O Orador: E não foram, porque não são capazes, primeiro, de cumprir os seus deveres e depois não pôr em causa os interesses de quem de facto tem direitos consignados aqui por esta Casa.

Por isto mesmo, Sr. Deputado, com ou sem resolução apenas resta uma coisa a este Governo Regional que os Srs. apoiam, que devia estar acolá e não está, é que de facto cumpra o Decreto Legislativo Regional n.º 3/92/A e que pague aquilo que deve às Câmaras Municipais de Santa Cruz das Flores e da Praia da Vitória.

Presidente: Parecendo não haver mais intervenções, vamos votar este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

Os Srs. Deputados que concordam com este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi rejeitado com 26 votos contra do PSD, 20 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: O diploma vai baixar à comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais para Parecer.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pires para uma declaração de voto.

Deputado Duarte Pires (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou em Novembro de 1992 contra a revogação dos diplomas considerados pelo Governo e pela actual maioria parlamentar como provocadores de uma onda de despesismo e o caso concreto contra o corte total das compensações financeiras às Câmaras Municipais da Praia da Vitória e de Santa Cruz das Flores, por considerar entre outras razões, injusta tal medida que só por negligência governamental não teve execução em virtude da não regulamentação em tempo útil, conforme havia sido decidido pelo órgão máximo da Autonomia, a Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Ao votar favoravelmente o pedido de urgência, para a medida agora proposta sobre a forma de resolução, que tem em nosso ver a virtude de mais uma vez, chamar a atenção para o cumprimento da legislação vigente, mais não pretendíamos do que reparar de certa forma o que consideramos uma injustiça.

As autarquias ao fazerem anualmente levantamento aos recursos disponíveis, decidem em função dos mesmos, os investimentos a fazer, sendo certo que nalguns casos existem mesmo obras efectuadas de indiscutível benefício para as populações.

Ao não transferir as importâncias inscritas no Plano de 92 para aquelas autarquias, o Governo Regional deve ser responsabilizado pelo estrangulamento financeiro que tais situações sempre geram.

As leis fizeram-se para serem escrupulosamente cumpridas.

O Decreto Legislativo Regional n.º 3/92/A, de 11 de Fevereiro, está em vigor e tem eficácia plena até ser revogado.

Se o Governo Regional não cumprir as disposições legais em vigor, coloca-se objectiva e voluntariamente no plano da ilegalidade.

Presidente: Srs. Deputados por entendimento tomado aqui um pouco telefonicamente, vamos passar a apreciação de um ponto que é necessário ser apreciado hoje para que se possa tentar a sua votação e no sentido de proceder à sua eventual publicação, caso venha a ser aprovado.

Trata-se do ponto n.º 6 relativo à questão da Hora Legal.

O que está em causa é a apreciação deste diploma, na base do processo de urgência. Assim, os tempos são reduzidos a metade e só haverá discussão na especialidade dos artigos sobre os quais incidirem alterações.

Está aberta a discussão na generalidade deste diploma apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa para uma intervenção.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A problemática da hora, na sua profunda complexidade, ficou provado que tocou todo o povo açoriano.

Ficou provado, também, que nós todos como Deputados, talvez nunca tenhamos sido tão solicitados e tão procurados, com lamentos, pedidos, sugestões, para que aqui, de facto, trouxéssemos o pensamento e o sentir das pessoas.

Ficou provado, também, que é importante tratar problemas que dizem respeito directa e profundamente a um povo, com a elevação necessária e digna desse próprio povo.

Penso que esta temática foi trazida a esta Assembleia com a convicção profunda de que estávamos a prestar um bom serviço ao povo dos Açores.

Felizmente, foi entendido por todos que era importante nós nos debruçarmos sobre esta problemática.

Fizemo-lo, com a intenção de colaborar. Fizemo-lo, com a intenção de ajudar. E mesmo agora, vimos aqui pedir a todos que repensem aquilo que foi feito e que procuremos, de alguma maneira, colmatar erros e dar ao povo dos açores que aqui representamos, a possibilidade de se desenvolver como deve ser.

Quero registar a elevação com que este problema foi tratado, porque todos compreendem que, se alguém quisesse aqui sacar louros políticos, era fácil: era deixar correr e deixar chamar nomes a quem tomou essas atitudes.

Mas eu creio que acima disso, está o bem das pessoas.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Quem ganha louros é o povo. Quem ganha louros são aqueles que trabalham e lutam e que nós aqui representamos.

Eu compreendo perfeitamente bem que talvez de princípio talvez não tenhamos apreendido a vastidão do problema nas suas vertentes económicas, sociais e culturais. Mas penso que agora talvez nós todos, estejamos preparados para entender isso.

E voltando ao momento concreto e àquilo que se passa nesta ocasião, gostaria de lembrar o surrealismo e o ridículo que poderia acontecer. Nós deixaríamos de ter noites nos Açores. Acabam as noites nos Açores, teríamos só madrugadas.

É evidente que há ainda algumas pessoas que se regozijariam com o facto, porque poderiam tomar banho às 10 da noite nas praias.

É preciso que nós nos lembremos nesta Casa, de que o nosso povo banha-se de suor... e não de mar.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E é importante que nós saibamos respeitar esse suor.

Creio que numa visão concreta e realista do problema, nós temos de actuar no sentido de que as coisas se componham.

Não é só o aspecto económico - toda a gente já tratou e de alguma maneira entendeu - mas sim aspectos sociais da nossa vivência, das nossas festas.

Eram aspectos culturais. Como é que um homem duma filarmónica, por exemplo, vai fazer ensaio à meia noite ou uma hora da manhã?

É natural que haja conveniências, mas penso que os inconvenientes são muitos.

Portanto, creio que se esbateram teimosias e é importante que se esbatam teimosias quando a finalidade e o objectivo é nobre.

Creio que foi com essa intenção que o Grupo Parlamentar do PS veio aqui - e vem aqui agora - pedir aos Deputados dos Açores que procurem dar ao nosso povo, aquilo que ele quer, deseja e merece.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Mais uma vez somos chamados a fazer um juízo sobre a alteração da Hora que nos foi imposta nos últimos meses pelo Governo Regional apoiado pelo PSD.

Aliás, valerá a pena recuar um pouco no tempo e pensar-se que a maioria "espúria" a que ainda há pouco o Sr. Deputado Victor Evaristo se referia, teve o bom senso de na altura própria ter derrotado a proposta proveniente do IV Governo Regional, no sentido de alterar a Hora e transformar a vida social e económica desta Região, naquilo que tem sido nos últimos meses.

Ainda bem que essa maioria tomou essa decisão, porque tomou-a acertadamente.

Também todos nós sabemos que na sua atitude revanchista, o Governo Regional teimou em levar a sua avante. E transformou esta Região no caos em que nós temos vivido nos últimos tempos, sob diversos aspectos, incluindo o aspecto dos horários escolares, dos agricultores e de todos os serviços. Não vale a pena continuar a "bater no ceguinho", porque todos os habitantes da Região sabem o que é que têm passado.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Causa na Rússia, Sr. Deputado.

O Orador: Até que enfim que chegou à altura de travar com bom senso, esta atitude. Nós sempre estivemos contra a alteração da Hora que nos foi imposta. E mais uma vez, vamos votar favoravelmente este Projecto de Decreto Legislativo Regional, na esperança de que no próximo verão, não tenhamos a noite dia e o dia noite.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Efectivamente, todos têm presente, e já há muito aqui foi dito pelos Srs. Deputados que intervieram antes, que na "onda revogatória" empreendida pelo Governo Regional, logo após a tomada de posse do V Governo, não foi poupado o Decreto da

Assembleia que nessa matéria da Hora Legal tinha plena adequação à situação real dos Açores.

Na sequência dessa atitude menos ponderada da parte da maioria, gerou-se de novo um grande debate na última Sessão, sobre os inconvenientes, para os diversos sectores, que estavam resultando da aplicação dos objectivos da proposta resultante do Grupo Parlamentar do PSD.

Queria aqui também relevar o facto de, já na Sessão de Janeiro, ter ficado na nossa óptica bem claro, perante os argumentos então aduzidos, a não adequação da Hora. E chegámos inclusivamente a dizer que só por teimosia - que é o termo utilizado - pessoal do Sr. Presidente do Governo, é que se poderia eventualmente insistir naquele estado de coisas.

Estamos convencidos que, para além do contributo que necessariamente os debates efectuados nesta Casa tiveram para o aclarar da situação, a reacção directa, espontânea do povo dos Açores, através dos diversos órgãos de comunicação social, também se traduziram num contributo valioso para se obter algum consenso sobre a necessidade de corrigir o que estava acontecendo.

Talvez nenhum de nós se lembre de haver uma contestação tão global, tão sentida, de todos os sectores da sociedade açoriana.

Curiosamente, mesmo aqueles dos quais o Governo Regional, à falta de argumentos objectivos, se escudava para manter o seu ponto de vista, curiosamente, muitos destes nem foram capazes de vir a terreiro, suportar os seus pontos de vista.

E assistiu-se por toda esta Região, a uma onda - a uma tremenda onda - de indignação.

A tal ponto que Sua Ex^a. o Presidente do Governo, possivelmente martirizado - porque é um homem que pensa e é certamente consciente - andava, ultimamente, pelas ruas desta Região de almanaque na mão.

(Risos das bancadas do PS e PCP)

Quando nós vimos o Sr. Presidente do Governo Regional, pela Rua da Sé abaixo com o Almanaque do Camponês, desesperadamente a dizer: -"pode ser que isto a partir do

mês tal, comece a melhorar". Mas, infelizmente, só lentamente é que amanhece a horas de amanhecer, ficou-nos a leve esperança de que a razão e o bom senso havia de chegar - pelo Espírito Santo ou não - a esta Câmara e chegou!

Foi talvez das notícias mais alegres que eu tive na minha vida parlamentar dos últimos tempos, e desta Sessão foi certamente, o ter recebido este papel timbrado do PSD - eu nem sequer li o que é que está aqui - que tem qualquer coisa sobre a Hora. E basta haver qualquer coisa sobre a Hora, para eu estar satisfeito.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Julgo que saímos todos desta Assembleia satisfeitos.

Não é vergonha nenhuma o Grupo Parlamentar do PSD ter repensado a matéria. Só o dignifica.

É pena é que o Grupo Parlamentar do PSD não assuma essas posições e tenha às vezes maus conselheiros - que estão sempre a falar - e deixa-se influenciar por eles que vão conduzir a bom porto as posições que vinculam.

(Apartes inaudíveis do Deputado Victor Evaristo e da Deputada Fátima Oliveira)

O Orador: Queria aqui congratular-me, com a seriedade e a oportunidade exige, com o facto do Grupo Parlamentar do PSD, apesar desta Assembleia ter uma comissão que está estudando profundamente a matéria, - nós fomos daqueles que disseram que dispensavam o estudo profundo, porque bastava ouvir as notícias e ler os jornais para ter o estudo feito - respeitamos e votámos a favor dessa proposta, porque certamente o assunto merecia reflexão. Mas ainda hoje, mesmo antes da reflexão e do parecer - pelos vistos isso fica prejudicado, mas isso é outra questão - há aqui um consenso face a uma proposta que foi apresentada.

Portanto, vamos sair todos dignificados e o povo dos Açores vai ficar satisfeito por haver uma Assembleia Regional que vai ver que valeu a pena ter Deputados a dirigir uma Assembleia e valeu a pena também ter oposição que também é uma coisa boa.

Há Srs. Deputados daquela bancada que não reconhecem o mínimo de préstimo a quem está deste lado, mas é por estas e por outras que vale a pena, em conjunto, chegar a consensos.

E queria congratular-me com isso e declarar, como é óbvio, o nosso apoio a esta matéria.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD):

Sr. Presidente, Srs. Deputados

Em nome do PSD começo por afirmar que o actual Regime da Hora Legal nos Açores será alterado.

O PSD desde Janeiro que está a acompanhar, em todo o Arquipélago, a experiência deste novo regime da hora legal, sempre aberto ao diálogo com a sociedade açoriana e com os Partidos da oposição.

Com os votos do PSD, viabilizamos nesta Casa uma Sub-Comissão Para Análise da Hora Legal.

Na reunião da Comissão foi decidido, com os votos do PSD solicitar pareceres a mais de duas centenas de instituições e entidades de todas as ilhas para se pronunciarem, até ao dia 12 de Abril, sobre as implicações positivas e negativas do actual regime da Hora legal.

Analisadas todas as respostas das instituições e entidades, o PSD estará em condições de decidir e votar de encontro às justas aspirações do Povo Açoriano.

Aceitamos que o avanço sobre a hora solar é altamente polémico e a opinião pública está dividida.

Reconhecemos que não há, efectivamente, concordância quanto ao impacto da alteração do Regime da Hora Legal, salientando-se os aspectos relacionados com os hábitos de trabalho.

Mas, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, reafirmamos que o actual regime da hora legal nos Açores será alterado, tendo justamente em consideração as conclusões do trabalho da Comissão criada para o efeito e não secundarizando a sua importância através de aproveitamentos políticos

Disse.

Presidente: Passamos à apreciação na especialidade deste diploma. O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresentou propostas de alteração, relativamente, ao Artigo 1.º, 2.º e uma proposta de aditamento para um Artigo 3.º.

Vamos apreciar o Artigo 1.º e a proposta de alteração do PSD que diz o seguinte:

"Fica suspenso em 1993 o disposto nos Artigos 1.º e 2.º do Decreto Legislativo Regional N.º 29/92/A, de 23 de Dezembro, quanto ao período compreendido entre o último domingo de Março e o último domingo de Setembro - Período da Hora de Verão.

Está à discussão esta proposta de alteração e a proposta inicial.

Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma intervenção na especialidade para justificar as propostas de alteração que o Partido Social Democrata apresenta.

Pareceu-nos que para alcançar os objectivos que são subjacentes à apresentação deste diploma pelo Partido Socialista, será de melhor técnica e segurança jurídicas introduzir algumas alterações ao preceituado neste Projecto de Decreto Legislativo Regional.

Aquilo que é sugerido pelo Projecto da autoria do Partido Socialista, faz suspender a aplicação do Artigo 2.º, o modo de efectuar-se a alteração da Hora, mas não faz suspender a aplicação do Artigo 1.º, que é o que preceitua e o que estipula sobre qual a Hora Legal e respectivo regime nos Açores.

Para que se atinjam os objectivos que esta Câmara acabou de manifestar, na generalidade, a sua total concordância, parece-nos - para que não surjam dúvidas jurídicas sobre a aplicação deste diploma, o que é naturalmente de evitar - ser preferível que o Artigo 1º do Projecto de Decreto Legislativo Regional seja aprovado, no sentido da proposta de alteração do PSD, segundo a qual se suspende não só o Artigo 2.º - modo de efectuar a alteração horária - mas também do Artigo 1.º que é o que estipula sobre a Hora Legal.

E aproveito a oportunidade, desde já, para adiantar que a alteração do Artigo 2.º está intimamente relacionada com esta alteração, porque na sequência da suspensão da aplicação, quer do Artigo 1.º quer do Artigo 2.º, ao Decreto Legislativo Regional N.º 29/92/A, de 23 de Dezembro, nós sugerimos que a Hora Legal, no Artigo 2.º, seja a aquela que todos pretendemos e que portanto, corresponda àquilo que se pretende, ou seja, à não alteração no próximo domingo.

Julgamos que estas propostas de alteração, que são apenas de técnica jurídica, vêm dar muito maior segurança e alcançar o objectivo que esta Câmara acabou de aprovar por unanimidade.

É este o sentido de todas as alterações na especialidade que propomos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

São só duas palavras para dizer que nós concordamos inteiramente com a posição do PSD. De facto sob o aspecto de técnica jurídica esta formulação é a melhor e, portanto, não temos qualquer oposição a estas alterações.

Presidente: Vamos votar esta proposta de alteração do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos à proposta de alteração do Artigo 2.º, apresentada pelo PSD e que é uma proposta de aditamento e que diz o seguinte:

"Em 1993 a Hora Legal dos Açores coincide com o Tempo Universal Coordenado (UTC), no período compreendido entre o último domingo de Março e o último domingo de Setembro - Período da Hora de Verão.

Está à discussão.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos, finalmente, a uma proposta de alteração para o Artigo 2.º do diploma original e que se trata dum Artigo 3.º que diz o seguinte:

"O presente diploma produz efeitos a partir do dia 28 de Março de 1993".

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Durante o dia de amanhã, vou diligenciar para que este diploma chegue ao Gabinete do Sr. Ministro da República e se assegure a sua aplicação em suplemento do Diário da República de amanhã.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Com esta decisão, acabámos de cumprir um dever que consideramos importante. E esse dever é devolver à Região e aos seus habitantes, a possibilidade de uma vida mais conforme com a natureza, duma vida mais conforme com as necessidades da sociedade.

Para além disto, consideramos que com esta votação acabou por triunfar o bom senso, acabou por triunfar aquilo que defenderam aqui os que faziam parte daquela maioria que os Srs. Deputados do PSD não gostavam e que agora lhe vem dar razão.

Esta é uma das primeiras vezes que V. Exas. vêm dar razão a aspectos importantes da nossa vida. Porém, estou convencido que não será a última em relação a outros decretos legislativos regionais que na altura se produzirão, isto é, a razão será dada aos que os farão aprovar, como ficou aqui demonstrado, neste momento.

Ainda há pouco dizia um Sr. Deputado que tinha imperado a teimosia pessoal do Sr. Presidente do Governo. Nós concordamos com isso e pensamos que agora essa teimosia pessoal acaba de ser derrotada.

O PSD, com os seus votos, derrota-se a si mesmo, derrota o Governo Regional, derrota o seu Presidente.

Foram V. Exas. derrotados. Saiu vencedor o povo dos Açores.

(Risos do PSD)

Vozes da Oposição: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para dizer que o PSD é um partido democrático. Bebe a essência da sua filosofia no direito e no respeito pela pessoa humana. Actuamos na política respeitando aquilo que o povo nos diz.

Portanto, a nossa posição não tem nada a ver com gente que bebe a essência da sua filosofia em regimes ditatoriais que não entendem aquilo que o povo lhes diz.

Deputado Paulo Valadão (PCP): A gente vê isso !

O Orador: A nossa postura na sociedade é diferente. É uma postura de humildade. Não é de arrogância nem é de procurar fazer passar uma mensagem para a opinião pública que não é aquela que no íntimo sente.

A social democracia não tem nada a ver com o comunismo - que fique bem claro.

E aqui não há ninguém derrotado ou vitorioso. Os vitoriosos aqui são o povo dos Açores o qual nós respeitamos.

Nós actuamos na política com humildade. E continuamos a dizer aqui que a tal maioria era "espúria" e teve uma resposta bem clara!

Muito obrigado.

Deputado Paulo Valadão (PCP): E agora viu-se!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart para uma declaração de voto.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma breve declaração de voto para me congratular, em nome do PS, pelo resultado do esforço colectivo que foi feito nesta Câmara para que com bom senso, chegássemos a uma solução que fosse de encontro ao sentir da população dos Açores. Isso foi conseguido e penso que em muitas outras áreas, no futuro, será conseguido sempre que o espírito que nos animar nesta Câmara seja de construir. E julgo que não há nenhum Deputado nesta Sala que não tenha como objectivo servir o povo dos Açores.

Estendemos o nosso agradecimento a todos aqueles que connosco trabalharam - não trabalhámos sozinhos - no sentido de encontrar a melhor solução com humildade, porque quando cometemos erros também tentamos corrigi-los. E quem poderá ter

tido, noutra circunstância, alguma precipitação em aprovar um sistema que se verificou não ter dado os melhores resultados, também merece o nosso reconhecimento porque é pelo gesto humilde democrático que nós podemos ganhar credibilidade para a nossa instituição.

Muito obrigado.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Srs. Deputados, vamos passar à indicação dos nossos trabalhos para amanhã.

Os nossos trabalhos começarão às 10:00 horas da manhã, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º Apreciação do Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão sobre o Projecto de Decreto Legislativo Regional relativo à "revogação dos Artigos 4.º e 5.º do DLR n.º 19/87/A, de 28 de Novembro - Zona Franca de Stª. Maria", apresentado pelo Partido Socialista.

2.º Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão sobre a Proposta de Resolução relativa à "autorização para o aeroporto internacional das Lajes prestar assistência às técnicas da aviação comercial", apresentada pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

3.º Apreciação da Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre a "Remuneração dos docentes que recebem pensão provisória de aposentação".

4.º Apreciação da Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o "Acréscimo do número de utentes de cada médico de clínica geral".

5.º Apreciação da Proposta de Resolução relativa às "Expropriação de Terrenos Arrendados à Base das Lajes", apresentada pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

6.º Apreciação dos dois diplomas que têm Pedido de Urgência, caso esta venha a ser aprovada.

7.º Discussão sobre a oportunidade de se iniciar o processo de alteração do Estatuto.

Esta é a nossa ordem de trabalhos para amanhã. Estão encerrados por hoje, retomá-los-emos amanhã pelas 10:00 horas da manhã.

Boa noite e muito obrigado.

(Eram 20,30 horas)

(Deputados que faltaram à Sessão: PSD - José Fernando Gomes; PS - Mário Machado).

DOCUMENTOS QUE ENTRARAM NA SESSÃO

PROJECTO DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL

Atribuição de incentivos para a deslocação e fixação de professores na Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Maria Isabel Carmo Medeiros

Pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 39/92/A, de 26 de Setembro, foi criada, na Vila da Povoação, para entrar em funcionamento no ano escolar de 1992-1993, a Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos (E B - 2,3) de Maria Isabel Carmo Medeiros.

Através da criação desta escola passaram a ficar cobertos, pela rede destes ciclos do ensino oficial, todos os concelhos da ilha de São Miguel.

Com vista à deslocação e fixação na Região, de docentes profissionalizados ou portadores de habitação própria dos 2.º e 3.º Ciclos de Ensino Básico e Ensino Secundário, foram criados diversos diplomas que, sempre excluíram o Concelho da

Povoação dado que o Externato Maria Isabel Carmo Medeiros era um estabelecimento de ensino particular.

Por outro lado a legislação publicada sobre incentivos para deslocação e fixação de professores do 1.º ciclo do Ensino Básico e Educadores de Infância sempre abrangeu o concelho da Povoação.

No presente projecto pretende-se tão só alargar aos docentes da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Maria Isabel Carmo Medeiros os incentivos para a deslocação e fixação, já existentes, aplicáveis a quem exerce funções nos estabelecimentos de ensino do 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário nas ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Pico, Flores e Concelho do Nordeste.

Assim, no uso da competência conferida pela alínea a) do ponto 1. do artigo 20.º da Lei n.º 9/87, de 26 Março, Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, os deputados signatários apresentam o seguinte projecto de decreto legislativo:

Artigo 1.º

Aos professores efectivos e aos professores portadores de habilitação própria colocados na escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Maria Isabel Carmo Medeiros, na Vila da Povoação, são aplicáveis os diplomas que criaram incentivos para a deslocação e fixação de docentes que exercem funções nos estabelecimentos de ensino das ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Pico, Flores e Concelho do Nordeste.

Artigo 2.º

O presente diploma entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 1994.

Horta, Sala das Sessões, 23 de Março de 1993

Os Deputados do PS, *Francisco de Sousa e Carlos César*

A Redactora de 2.^a Classe: *Ana Cristina Bettencourt Marcelino*